



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 450 - DE 10 A 24 DE MARÇO DE 2013 - R\$ 3,00

Política Operária: Desbloquear o movimento operário e camponês

**Ministério Público paulista iniciou processo criminal
contra estudantes e funcionários da USP**

**Abaixo as medidas ditatoriais da Justiça burguesa!
Organizar a luta contra a criminalização
do movimento estudantil**



**Morre o caudilho Hugo Chávez
Viva a luta pela organização independente
da classe operária venezuelana!
Sepultar a burguesia com a revolução proletária!
Conquistar a independência nacional!**



Oposição revolucionária a Dilma

Política Revolucionária

Desbloquear o movimento operário e camponês

É visível que o movimento operário e camponês sofreu uma paralisia e recuo sob os governos do PT.

Nos centros urbanos, a classe operária foi “convencida” pela burocracia sindical de que as condições melhoraram para todo o povo e que o certo era conservar os empregos aumentando a produtividade e aceitando as exigências patronais de “flexibilização trabalhista” (perda de direitos). Enfatizam a valorização do salário mínimo e a política econômica voltada à criação de postos de trabalho. Esses “avanços” justificaram o apoio dos sindicatos e centrais (CUT, Força Sindical, CTB, UGT, etc) ao governo de Lula. Apoiaram a eleição de Dilma Rousseff, mas reclamam que a presidenta mudou as relações anteriormente estabelecidas com as centrais. Querem que os canais do Estado continuem abertos para a participação das direções sindicais (na verdade, burocratas vendidos).

No campo, o movimento camponês, cuja principal organização é o MST, perdeu força nestes anos de governo petista. A política de assentamento chegou a um impasse. No segundo mandato de Lula, a desapropriação de terras foi desacelerada (paga a preço de ouro aos proprietários) e os assentamentos reduzidos paulatinamente. Dilma decidiu fazer o mínimo. Politicamente, o MST perdeu terreno. Minguiu sua capacidade de ocupar terras. Já não conta com representantes e aliados nos órgãos governamentais responsáveis pela política agrária e pela sua execução.

O refluxo sofrido pelo movimento operário - em parte de responsabilidade da direção burocrática - e o recuo do movimento camponês afastaram as possibilidades de uma confluência objetiva operário-camponesa. A política voltada a mendigar do governo e do parlamento que olhem não somente para a classe capitalista, mas também para os trabalhadores ganhou força nos sindicatos e nas organizações camponesas (Contag, MST, etc). A classe operária e os demais oprimidos deixaram de usar sua capacidade coletiva de luta e de defenderem um programa próprio, para se enfileirarem por detrás dos métodos eleitorais e do jogo parlamentar típicos da burguesia.

A burocracia, tanto reformista quanto direitista, conscientemente, trabalha contra os métodos e os meios da luta de classes. Uma das ações mais perniciosas é a de bloquear as greves, mutilá-las e quebrá-las. Ou então, no caso do campesinato, fragmentar as ocupações de terra, transformá-las em meros protestos e negociá-las com os governos em troca de promessas e de algum assentamento. Faz parte da política do burocrático-reformismo montar obstáculos entre o proletariado e o campesinato. A aliança operário-camponesa somente se concretiza com os métodos da luta de classes e sob um programa próprio dos explorados urbanos e dos oprimidos do campo.

Está mais do que comprovado que a constituição do PT e a formação de um governo petista de aliança com todo tipo de partidos burgueses serviram e servem para quebrar o ímpeto revolucionário da classe operária e da classe camponesa pobre. A política de conciliação de classes fortalece a dominação da burguesia e retarda o processo de conquista de independência do proletariado. Quanto mais a classe operária estiver imobilizada pela ação do reformismo e do burocratismo sindical, mais inviável se torna a tarefa de conquistar a independência dos camponeses pobres perante a burguesia agrária e mais distante fica a “reforma agrária”.

A tarefa democrática da revolução agrária, que é libertar as massas camponesas do jugo dos latifundiários, somente se realizará se a unidade operária e camponesa for constituída. Caso contrário, os assentamentos em conta-gota não farão senão perpetuar a servidão agrária.

A propaganda de que a valorização do salário mínimo foi uma con-

quista dos trabalhadores é um cantarolar da burocracia que quer viver em paz com o patronato e que precisa convencer os explorados de que o capitalismo pode melhorar as condições gerais da população. Uma família que vive com um salário mínimo de R\$ 672,00 está condenada à miséria.

O governo petista pode ludibriar por algum tempo as massas com o assistencialismo do tipo Bolsa Família e Brasil Sem Miséria, mas não tem como verdadeiramente resolver a fome de milhões.

As centrais (CUT, Força Sindical, CTB, CGTB) realizaram no dia 6 de março a 7ª Marcha da Classe Trabalhadora e dos Movimentos Sociais, em Brasília. Estimam 50 mil manifestantes. As reivindicações são as mais diversas, mas as principais foram: aprovação pelo Congresso do projeto que reduz a jornada de trabalho para 40 horas e fim do fator previdenciário. Não se pretende arrancá-las com luta, mas com pressão sobre o voto dos parlamentares e sobre a disposição do governo. Eis por que as centrais não se mantiveram unidas para no dia seguinte partir para a mobilização nacional. Nada disso! Cada um foi para sua casa. A missão de protestar estava cumprida. O Congresso e o governo receberam hospitaleiramente os burocratas. Agora, a solução depende das negociatas. Caso cheguem a um acordo positivo, as centrais gritarão – “vitória dos trabalhadores”. Mas caso resolvam protelar, talvez no ano que vem se faça a 8ª Marcha com o mesmo motivo.

Entre os dias 4 e 8 de março, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura realizou seu 11º Congresso, reunindo 2.500 delegados. E para quê? Para repetir o palavreado sobre a “democratização da terra” e pedir ao governo petista que olhe para a soberania territorial, uma vez que o capital estrangeiro está avançando a desnacionalização no campo. E como obter a “democratização da terra”? Melhorando a convivência do latifúndio e da agroindústria com os pequenos proprietários e a economia camponesa. O PCdoB, PT, PSB fizeram da Contag um aparelho eleitoral.

Esses dois acontecimentos recentes mostram que a classe operária e os camponeses estão amarrados pelas pernas cada um em um canto pela política de conciliação de classe e de submissão ao Estado burguês. Ocorre que os burocratas vendidos estão se dando conta de que a crise econômica mundial arrasta o Brasil, por mais que o governo use os meios ao seu dispor. O crescimento medíocre no ano passado não pode se repetir neste ano. Estão confiantes de que o arsenal movimentado por Dilma vai reverter o quadro de queda econômica. Mas não está garantido.

Os capitalistas, por sua vez, se movimentam no sentido de rebaixar o custo da força de trabalho. O que significa aumentar a exploração para aumentar a lucratividade. Essa é a tendência.

A inquietação nas fábricas está aparecendo. A população se ressentida da alta do custo de vida. O quadro da situação social e política tende a mudar. O que não é bom para a política de conciliação e capitulação dos burocratas, é bom para a política revolucionária do proletariado.

A tarefa consiste precisamente em desbloquear o movimento operário e camponês. O ponto de partida está em responder à crise econômica e aos ataques dos capitalistas à vida das massas com as reivindicações próprias dos explorados urbanos e dos oprimidos do campo. Levantamos a bandeira de campanha nacional pelo emprego, salário e terra aos camponeses. Nenhuma demissão! Estabilidade no emprego! Redução da jornada por meio da escala móvel das horas de trabalho! Salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste! Por uma aposentadoria regida somente pelo tempo de trabalho (25 anos para as mulheres e 30 anos para os homens)! Nacionalização sem indenização das terras e entrega aos camponeses!

11º congresso Nacional de Trabalhadores Rurais (Contag)

Congresso reafirma a política estalinista e petista para o campo

O 11º congresso da Contag, com cerca de 2,5 mil delegados, realizou-se no início de março. Contou com a presença de Dilma Rousseff, dos ministros do Desenvolvimento Agrário e da Casa Civil e de deputados e senadores. Teve lugar de honra o presidente nacional do PT e do PCdoB. Os presidentes da CUT e da CTB (PT e PCdoB) discursaram em favor dos trabalhadores do campo e exaltaram a história da Contag. A direção do MST aproveitou para cobrar mais compromisso do governo com a “reforma agrária”. Tratou-se, como se vê, de um congresso de apoio ao governo Dilma e de instrumento de “pressão” para que este realize algumas concessões para os trabalhadores rurais. As críticas ao agronegócio e à política do governo de proteção aos grandes proprietários deram o tom de conciliação e não de rechaço.

Depois de 50 anos de existência, esse é o 11º congresso da Contag, que reúne 27 federações e milhares de sindicatos rurais (cerca de 4.200). A Contag é composta por uma camarilha de burocratas, mantida com os recursos provenientes das federações e sindicatos, por meio da partilha do imposto sindical.

O objetivo do congresso era referendar o PADRSS (Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário), que tem sido a cartilha da Contag desde 2002. E reafirmar a reeleição do estalinista Alberto Broch para sua direção.

Depois de uma semana de congresso, a burocracia dirigente defendeu três pontos: 1) permanecer a Contag sem filiação a nenhuma Central Sindical. O que foi uma farsa para acomodar os interesses do PT e do PCdoB. Isso porque essa resolução veio acoplada a outra que dizia “trabalhar preferencialmente com a CUT e a CTB”; 2) não disputar chapas para a direção da Contag. Como não se tratava de um congresso com posições diferentes, era fundamental garantir a chapa única, tendo o PCdoB na presidente e o PT logo abaixo; 3) mostrar o empenho em pôr em prática a “política de gêneros”. O congresso aprovou a paridade na composição da direção. O fundamental é que os delegados estavam no congresso para reafirmarem o balanço positivo de implementação do PADRSS. As polêmicas surgidas em torno da representação sindical e das finanças da Contag se deram no quadro de aceitação da política geral do PCdoB e do PT para os explorados do campo.

Esse congresso mostra que a Contag não passa de um instrumento da política eleitoral do estalinismo e do reformismo. Por isso, não tem servido de organização dos camponeses e do proletariado agrícola para arrancar as reivindicações e preparar as condições para a revolução agrária por meio dos métodos da ação direta.

Qual a essência do PADRSS?

O “Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário” é o programa do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), criado para se opor aos “modelos de desenvolvimento excludentes”, promovidos particularmente pelo agronegócio. Fundamenta-se em dois pilares: 1) a realização da “reforma agrária ampla e mas-

siva”; 2) no “fortalecimento e valorização da agricultura familiar”. Objetiva promover a “soberania alimentar e condições de vida e trabalho dignas”. Tem como estratégia a implantação de um modelo de produção e de organização dos trabalhadores que “responda aos desafios do desenvolvimento rural sustentável e solidário”. Se auto intitula como um conjunto de propostas para “superar os problemas históricos do campo”.

Como se trata de um “projeto alternativo”, não se posiciona pela expropriação do latifúndio e do agronegócio, sem indenização. Considera que é possível a coexistência de “projetos” ou “modelos” para o campo, desde que não prejudiquem os trabalhadores rurais, não destruam o meio ambiente, que aceitem a “democratização da terra” e a existência agricultura familiar. Está claro que a programa da Contag não é a de destruir o poder latifundiário, mas o de acomodar a ele a pequena propriedade camponesa e a agricultura familiar. Apesar de citar o avanço do “modelo excludente” e de criticar o governo em subsidiar a agricultura de exportação em detrimento da familiar, os estalinistas e os reformistas advogam uma “reforma agrária massiva” e o “fortalecimento da agricultura familiar” sem combater de fato os interesses dos capitalistas do campo. Querem que o Estado seja o árbitro da “disputa” no campo. Como se o Estado não fosse gerido pela classe burguesa.

Os pilares que sustentam o PADRSS são de conciliação de classes entre o grande explorador agrário e os milhões de trabalhadores e sem-terra. Essa via leva à derrota do movimento.

“Reforma Agrária ampla, massiva e de qualidade”

O MSTTR diz que é preciso realizar uma reforma agrária que permita ampliar e fortalecer a agricultura familiar. Critica a reforma agrária como sinônimo de distribuição de terra, que se mostrou incapaz de alterar a estrutura fundiária altamente concentracionista. Enfatiza o papel do Estado no cumprimento da democratização do direito à terra, aos recursos naturais e ao território, vinculando com um conjunto de políticas e serviços públicos que assegurem o “desenvolvimento sustentável”. Destaca que o MSTTR pretende mudanças nas “definições estratégicas das políticas agrárias, no sentido de superar as interferências externas” (penetração do capital estrangeiro no campo). Conclui que o Estado tem o dever de “regular as garantias territoriais”, diante da concentração e desnacionalização das terras”. Pede a regularização fundiária e a retomada das terras públicas, que estão nas mãos de grileiros.

Essa descrição serve para mostrar que o “Projeto Alternativo” é composto de várias recomendações para o Estado e o governo. Reconhece que a correlação de forças no Estado ainda é desfavorável, mas que o governo pode tomar medidas para inibir a concentração e a desnacionalização das terras. Aconselha o governo que é possível, por meio de políticas públicas, criar um “desenvolvimento sustentável” no campo, contrapondo-se ao crescimento da violência dos grandes proprietários. Portanto, diante da luta de classes no campo atribui ao Estado o papel de mediar interesses opostos.

O congresso da Contag, por essa política, renuncia a tarefa de organizar os camponeses em luta contra os latifundiários, o capital imperialista e, portanto, ao conjunto da burguesia. Coloca a causa dos camponeses pobres e dos trabalhadores agrários nas mãos do Estado, que é um instrumento dos exploradores e, em particular, da sua fração oligárquica agrária.

Agricultura familiar: base do “desenvolvimento rural sustentável e solidário”

Define a agricultura familiar como o mecanismo de garantia para a “soberania alimentar e de consolidação de processos locais de desenvolvimento com permanência de gente no campo”. Atribui ao Estado o dever de assegurar a estrutura da produção (produção, acesso aos mercados e ao comércio “justo e solidário”). O que pressupõe organização da produção, com redução de custos, com crescimento e com aumento de produtividade. Destaca-se que a produção familiar deve ser destinada ao mercado interno, mas não elimina a possibilidade de ser destinada à exportação.

Apesar de fazer referência às empresas agrícolas que controlam as terras, sementes, fertilizantes, produção e distribuição, o “Projeto Alternativo” procura uma “saída” para a miséria que impera entre os milhões de assentados e pequenos e médios produtores do campo. A via é a de que o Estado esteja voltado prioritariamente para o fortalecimento da agricultura familiar. Cabe aos camponeses a tarefa de pressioná-lo para que a agricultura familiar seja realmente forte ao ponto de abastecer o mercado interno.

A farsa da política de “soberania alimentar” e de “permanência de gente no campo” também se desfaz ao recorrer ao Estado oligárquico como instrumento de proteção da economia camponesa. O palavreado pequeno-burguês de “Projeto Alternativo” para o “desenvolvimento sustentável” no campo se choca com a dura realidade de expropriação crescente da pequena propriedade, do aumento da concentração fundiária, do domínio econômico do agronegócio e do controle das

multinacionais sobre a cadeia produtiva.

Trabalho e emprego no campo

O “Projeto Alternativo” se assenta no “desenvolvimento rural sustentável”, garantia do trabalho “digno” (justiça social). Adota a terminologia cutista de “trabalho decente”. Diz que é a via para superar a pobreza. Afirma que a informalidade nas relações de trabalho é um grande desafio para o movimento. E critica a existência do trabalho escravo e do infantil.

Diante da indissociável miséria e violência no campo, os estalinistas e reformistas propõem como “solução” a defesa do “trabalho decente”. Quer que os trabalhadores do campo se convençam de que é possível um “trabalho decente” nos marcos do capitalismo. Os burocratas que fingem sentir a dor da miséria da maioria camponesa querem com a retórica moralista reverter a lei fundamental do funcionamento do capitalismo, que é a de explorar a maioria oprimida até os ossos. O que fazem é contribuir para perpetuar o sistema de exploração do trabalho e de opressão sobre os camponeses.

Defesa dos camponeses e dos trabalhadores rurais

Os camponeses e trabalhadores rurais devem rejeitar as posições que vêm sendo implantadas pela burocracia da Contag. Para isso, defender:

1. Independência dos organismos dos trabalhadores diante do governo;
2. Rechaço à política de conciliação de classes da Contag e de outros organismos do movimento sindical;
3. Luta pela expropriação do latifúndio, sem indenização, e entrega das terras aos camponeses pobres;
4. Defesa das reivindicações dos trabalhadores rurais e dos camponeses pela via da ação direta;
5. Nacionalização da agroindústria e a coletivização da produção;
6. Aliança operária e camponesa para a realização da revolução agrária, como parte da expropriação geral da burguesia.

Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas Retrato do impasse do MST e da Via Campesina

Cerca de 500 camponeses ocuparam a fazenda Aliança, em Tocantins, como forma de protesto contra o agronegócio, o uso de agrotóxicos e contra o Poder Judiciário - pela lentidão em julgar os processos contra militantes dos movimentos - e de defesa da liberação de áreas para assentamentos. A ocupação objetivou dar visibilidade às manifestações da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas, por se tratar de uma propriedade da senadora latifundiária, Kátia Abreu.

O protesto do MST consistiu em derrubar alguns eucaliptos e no lugar semear arroz e feijão. A ocupação foi rápida, porque o objetivo era tão somente a denúncia do agronegócio (defendido por Kátia Abreu).

A diretista Kátia Abreu aproveitou para condenar a ação do MST e justificar a contratação de segurança armada, como se não utilizasse as milícias para proteção de suas propriedades. E ainda qualificou o ato como uma forma de inibir sua ação no Congresso em defesa da propriedade privada e do agronegócio.

A Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas tem

com prioridade as ocupações de fazendas de plantação de eucaliptos para a indústria de papel e celulose. A ocupação da fazenda Aliança, da fazenda da Veracel Celulose, duas da Suzano Celulose, etc. se soma a de prédios públicos, às manifestações de bloqueio de rodovias e ao acampamento de mulheres sem-terra em Brasília. Trata-se de pressão sobre o governo no sentido de agilizar a aquisição de terras para os assentamentos.

O problema está em que essas ocupações-relâmpago não vão além de propaganda das limitadas bandeiras de assentamento, algumas delas inócuas como a de brecar o avanço da degradação da natureza pelo capitalismo e desenvolver a agroecologia. As ocupações de terra e sua defesa têm sido substituídas por protestos cada vez mais inconsequentes.

A experiência já demonstrou que os pobres do campo têm de lutar pela expropriação geral dos latifúndios, pela nacionalização das terras e pela coletivização da agroindústria. Para isso, é necessário construir a aliança operária e camponesa, que ainda não se concretizou devido às direções reformistas e pró-capitalistas que controlam os movimentos sociais.

USP: derrotar o Ministério Público paulista, o governo Alckmin e o reitor/interventor!

O dia 5 de fevereiro marca uma mudança da situação dos processados políticos na USP. Desde a desocupação da reitoria pela tropa de choque, em 08/11/11, os estudantes e funcionários atacados pelo reitor/interventor Rodas por meio de processos e eliminações foram isolados pelas direções do DCE (PSol/PSTU) e Adusp (sindicato dos professores). Isto porque naquele momento essas direções condenaram publicamente a ocupação da reitoria, deliberada em uma assembleia estudantil (abandonada pela direção do DCE) e realizada para lutar pelas bandeiras de “Fora a PM do campus!, Fim dos processos políticos contra estudantes e trabalhadores da USP! e Fora Rodas!”. A direção do DCE e Adusp se opunha a essas bandeiras, especialmente as de Fora a PM e Fora Rodas. Durante mais de um ano, os processados encontraram apoio material e político do sindicato dos funcionários (Sintusp). A direção do DCE chegou a opor em um Congresso dos estudantes as bandeiras de luta contra a repressão e sua campanha pela “democratização” da universidade, que se resume à defesa de eleições diretas para reitor e estatuinte. Em 21/12/12, essas direções comemoraram que a punição aos estudantes e funcionários processados não foi a eliminação, mas a suspensão de 5 e 15 dias. A questão dos processos estaria resolvida e nem uma palavra sobre eles foi colocada nos materiais da semana de recepção dos calouros de 2013.

A denúncia apresentada pelo ministério público em 05/02/13 projetou o problema externamente à universidade. Como parte de uma ofensiva repressiva de governos e capitalistas contra os movimentos sociais, a denúncia contra estudantes e funcionários da USP, taxando-os de formadores de quadrilha, obrigou todos a se posicionarem a respeito. Os meios de comunicação divulgaram amplamente o fato. As diversas correntes e partidos políticos, organizações, sindicatos, centrais, UNE e Anel, todos foram obrigados a se manifestar. De repente, os que combateram publicamente a ocupação e deram de ombros para a brutal repressão policial militar contra os estudantes passaram a defendê-los, condenando a criminalização do movimento, inclusive se colocaram pela legitimidade da ocupação da reitoria. Essa mudança na situação levou a uma forte pressão que obrigou muitos a professarem posições em contradição com sua política e prática na época da invasão policial e prisão dos ocupantes.

Como a mudança repercutiu

A UNE divulgou uma nota de repúdio à criminalização dos estudantes e defesa da ocupação da reitoria. O mesmo fez a Anel e o Andes (Sindicato Nacional docente). A direção da Apeosp, que há um ano e meio se recusou a aprovar uma moção de repúdio à repressão policial que desocupou a reitoria em 2011, defendeu a moção de repúdio ao ministério público e colocou o sindicato à disposição da defesa dos processados. Parlamentares e outros políticos dos partidos, que antes condenaram a ocupação se manifestaram em apoio aos processados e defenderam a legitimidade da ocupação.

A direção do DCE, avessa a sequer citar os processos políticos em seus materiais, divulgou nota de rejeição à denúncia

do Ministério Público, convocou uma plenária de movimentos sociais e substituiu uma aula magna da semana de recepção aos calouros por um ato contra a denúncia. A plenária de movimentos sociais contou com vários sindicatos ligados à CSP-Conlutas e centros acadêmicos, além do Sintusp, que a convocou juntamente ao DCE. Teve muita discussão e várias propostas, mas foi abortada no final pela direção do DCE ao ser pressionada pela convocação de uma assembleia de estudantes da USP. O ato deu palavra para dezenas de convidados, entre eles Luciana Genro, do PSol, que defendeu os processados e a ocupação da reitoria (a mesma que os militantes do seu partido condenaram em 2011). O presidente da UNE, Daniel Iliescu, foi uma das falas mais inflamada, apesar da UNE não ter convocado nenhuma manifestação pública a respeito.

O DCE voltou atrás e convocou uma assembleia geral de estudantes para 14/03. Mas acrescentou à pauta da denúncia os pontos Pimesp (programa de cotas das três estaduais paulistas) e eleições para reitor. É evidente a intenção de desfocar a luta contra as denúncias para outras questões.

A política do PSol/PSTU é a de combater as denúncias pela via da pressão legalista. Ou seja, unir parlamentares, personalidades, sindicalistas etc. em atos e debates para pressionar “por cima” o poder judiciário a não aceitar a denúncia contra estudantes e funcionários. Recusa-se como pode a convocar os estudantes da própria USP a se manifestarem nas ruas e buscarem o apoio da população assalariada para enfrentar o Ministério Público, o governo do PSDB e o reitor/interventor.

Uma política cega e oportunista

Uma das posições que têm agido equivocadamente em relação à luta contra os processos é a LER-QI. Sua atitude no interior do Fórum dos Processados é a de tentar inviabilizar qualquer decisão. Tem defendido apenas que o Fórum deve participar das atividades promovidas pelo DCE. E tem se colocado contrária à defesa das bandeiras empunhadas pelo movimento da ocupação da reitoria.

A LER-QI não entendeu que a defesa jurídica, que deve ser feita e nenhum estudante pode ficar sem ela, está submetida à defesa política. Sem colocar a pressão social sobre o poder judiciário, não será possível reverter a criminalização. Essa pressão social depende de organizar movimentos nas ruas. A pressão que vem de cima, de articulações de parlamentares, personalidades, sindicalistas etc. deve ser feita, mas é incapaz de derrotar o ataque repressivo. A unidade de todos os setores é essencial, mas isso se fará pela pressão da mudança da situação, e não por uma conduta mais aceitável às direções. A proposta de retirada das bandeiras defendidas em 2011, a fim de permitir a maior aproximação com a direção do DCE, é oportunista. É oportunista porque uma frente não se faz com disfarce de posições. A unidade se dá ao redor de reivindicações comuns e de ações coletivas, que não impedem a livre manifestação das diferentes posições que compõem a frente. Não é possível apagar da história o fato de que a ocupação da reitoria, motivo da denúncia do Ministério público, defendia as bandeiras de Fora PM, Fora Rodas e Fim dos Processos. Não é possível defender

os processados sem citar a ocupação da reitoria. A denúncia e os processos não são uma inquisição ideológica, mesmo porque não há uma homogeneidade ideológica entre os processados. A defesa dos processados é a defesa do direito político de lutar pelas reivindicações.

Uma política sectária

Uma outra posição que não permite avançar o movimento é aquela que pretende realizar um movimento “de esquerda radical” para enfrentar o problema, sem qualquer unidade com as direções que traíram o movimento (no caso, PSol e PSTU). Essa posição, defendida pelo PCO, leva ao autoisolamento, isto quando todas as condições são favoráveis para arrastar as direções burocratizadas e conciliadoras para a mobilização. Não será possível derrotar o governo e o judiciário sem um amplo movimento nas ruas para pressionar pela retirada dos processos e reversão das eliminações e da demissão do diretor do Sintusp Brandão. É preciso entender que se trata de uma ofensiva repressiva geral, que tem, obrigatoriamente, de juntar todas as organizações que estão sob ataque.

Trata-se de lutar pela frente única em defesa dos direitos

Forum dos Processados mobiliza, apesar da LER-QI

Desde a denúncia do Ministério Público contra estudantes e funcionários da USP, o Fórum dos Processados voltou a se reunir por quatro vezes. O PO defende que era preciso fazer a discussão política da questão e, a partir dela, encaminhar propostas de ação do Fórum. Os independentes que estavam na reunião apoiaram essa proposta e a nova reunião foi marcada. A LER-QI não se empenhou em convocá-la, e logo no início dessa nova reunião propôs que nada fosse decidido, a não ser a participação nas atividades do DCE. Contra essa posição imobilista, o Fórum discutiu a situação e deliberou propostas de ação, contra as quais a LER-QI se colocou: tirar uma nota dos processados para levar aos outros movimentos; atuar coletivamente na plenária convocada pelo DCE defendendo a assembleia geral e a construção de um comitê geral unificado contra a repressão, realizar um ato-debate do Fórum no dia da calourada do DCE.

A aprovação da nota foi importante, porque permitiu que se atuasse com ela na plenária do DCE, dois dias depois, no encontro da juventude organizado pela UNE e CUT, cinco dias depois, no ato e no CR convocados pela APEOESP, quatro e cinco dias depois.

A atuação coletiva na plenária do DCE permitiu pressionar a direção pela convocação de uma assembleia geral de estudantes. Apesar da direção não fazê-lo na ocasião, três dias depois a assembleia estava convocada.

O ato debate do Fórum na calourada foi um sucesso, apesar do boicote da LER-QI na convocação, e agrupou centenas de estudantes para debater com os processados, inclusive os da Unifesp, e o diretor do Sintusp demitido, Brandão, que compuseram a mesa.

Esse balanço foi feito na terceira reunião do Fórum, convocada para o dia 03/03, e que contou com a presença de processados da Unifesp, que deram seu informe e propuseram a unidade entre os dois movimentos. A LER-QI, que não se empenhou em convocar a reunião (apesar da data ter sido proposta sua), novamente iniciou a discussão propondo que nada fosse aprovado. Em seu balanço, criticou as medidas tomadas na última reunião, acusando os demais presentes de não entenderem a necessidade de expandir o movimento para fora da USP. Ou seja, não estabeleceu relação entre as decisões tomadas e o seu resultado prático, essencial num balanço, e ainda acusou todos

políticos e pelo fim dos processos e punições.

As tarefas do movimento, as tarefas da assembleia

O movimento tem de avançar a mobilização e a unidade com os demais setores atacados pela ofensiva repressiva. Há uma série de propostas que têm sido encaminhadas pelo Fórum dos processados. Mas é essencial que se mobilizem os estudantes da própria USP. A assembleia geral de estudantes é decisiva para isso.

Ela tem duas tarefas principais: aprovar o eixo da luta e medidas práticas para se alcançá-lo.

O eixo da luta deve ser o da retirada imediata da denúncia do MP e de todos os processos contra estudantes e trabalhadores da USP. O governo e os capitalistas pretendem suprimir o direito democrático de se mobilizar pelas reivindicações. Ou seja, querem abolir o direito dos oprimidos de se levantarem contra a opressão. Está em jogo o direito de lutarmos por nossas bandeiras com nossos próprios métodos de luta.

Assim, a primeira medida prática tem de ser as manifestações massivas. A defesa do direito político de manifestação se faz é nas ruas. Essa será a pressão que será sentida pelos juízes, pelo governo e pelo reitor-interventor.

pela posição que tinha defendido na reunião anterior. Derrotada na proposta de não decidir nada, destacou a quase totalidade das propostas apresentadas, para inviabilizar a reunião. Apesar dessa manobra, o Fórum discutiu e votou as propostas, o que acabou estendendo a reunião por seis horas.

Um dos debates que polemizou a reunião foi sobre a defesa das bandeiras da ocupação pelo Fórum. A LER-QI propôs que essas bandeiras estavam superadas pelos acontecimentos, que os estudantes não se mobilizariam por elas agora e que por isso não cabia fazer sua defesa neste momento. Por trás do discurso, a intenção de buscar a aproximação do DCE retirando do debate as bandeiras negadas pela direção do PSol/PSTU. Defendemos que não era possível apagar da história que a ocupação se deu por aquelas bandeiras, e que os processos estavam sendo movidos para punir quem ocupou a reitoria por elas.

Outro debate foi se deveríamos ou não convocar o DCE para reunir com o Fórum. O PCO foi contra, sob o argumento de que a direção do DCE é pelega e traiu o movimento. Defendemos que a campanha pelos direitos políticos e contra a repressão tinha de ser a mais ampla possível, o que inclui as direções burocráticas e conciliadoras, que neste momento se deslocam para a defesa dos processados em contradição com sua política.

A luta política no interior do Fórum é para que ele rompa com o imobilismo que concretiza a política da LER-QI, sem cair no sectarismo defendido vez ou outra pelo PCO.

O mais importante foi a aprovação de ampliar a campanha dentro e fora da USP: na assembleia, defender a realização de um ato de rua fora da USP; buscar apoio material e jurídico com as entidades; realizar atos conjuntos com estudantes da Unifesp.

No dia 08/03, houve nova reunião do Fórum, em que se discutiu a bandeira a ser defendida na Assembleia do dia 14/03. A LER-QI defendeu a chamada “não aceitação” pelo tribunal da denúncia do Ministério Público. Levantamo-nos contra essa bandeira porque ela coloca a solução do problema pela via judicial, submete o movimento a essa via. Por isso, defendemos a bandeira de “retirada” de todos os processos, que expressa a necessidade de derrotar nas ruas, pela pressão da luta de massa, a ofensiva repressiva e criminalizante do governo/justiça/reitoria.

Moções recebidas pelo Fórum dos Processados

Publicamos abaixo trechos de moções de repúdio à denúncia do Ministério Público contra estudantes e funcionários da USP recebidas pelo Fórum dos Processados

Nota de repúdio à denúncia criminal contra os estudantes da USP – Professores SBC

Nós, professores da rede pública estadual de ensino reunidos na reunião dos representantes das escolas de São Bernardo do Campo, vimos repudiar a denúncia apresentada pelo ministério público de São Paulo no dia 05 de fevereiro deste ano, que acusa 72 estudantes da USP, dentre outros absurdos, de formação de quadrilha. [...]

- **Pela retirada imediata das denúncias feitas pelo Ministério Público**
- **Pelo direito de luta e de livre organização de estudantes e trabalhadores**
- **Contra a criminalização dos movimentos sociais**

Moção de apoio da APEOESP SUBSEDE SANTO ANDRÉ

[...] Com medidas repressivas, a reitoria da USP somente faz reproduzir a política orquestrada pelo Governo do Estado de São Paulo de criminalização dos movimentos sociais e estudantis.

A partir disso, nos colocamos ao lado dos estudantes e funcionários processados e do histórico combativo do movimento estudantil da USP. Também manifestamos repúdio a qualquer repressão à organização política, na defesa do direito democrático de livre manifestação.

Contra o processo do Ministério Público!

Contra a reitoria autoritária de Rodas e do Governo do Estado!

Pela imediata democratização da USP e retirada dos processos!

Lutar não é crime! Contra a criminalização dos movimentos sociais!

Nota de apoio dos servidores públicos municipais da cidade de São Paulo

[...] Reconhecemos a legitimidade do movimento dos processados da USP. Sabemos que o movimento estudantil em geral, luta por uma universidade pública para todos os trabalhadores e seus filhos.

Esses ataques fazem parte do mesmo pacote repressivo aplicado em diversos movimentos sociais. É cada vez mais frequente a intervenção judicial nas greves, o que significa um enorme ataque a um direito constitucional dos trabalhadores.

[...] **Fim dos processos contra estudantes e trabalhadores.**

Direito de organização política

Pelo direito de greve e liberdade de manifestação!

moção de apoio - Oposição Alternativa APEOESP SP

[...] Numa conjuntura de aumento da repressão e ataques aos movimentos sociais, aos partidos e organizações sindicais de esquerda e aos movimentos de trabalhadores, esse ataque representa mais uma ofensiva contra os lutadores e estudantes da USP, mas também a todos os lutadores da educação.

É fundamental somarmos todas as forças em defesa desses lutadores.

moção de apoio - SINTRAJUD

Atenção: escandalosa denúncia do Ministério Público é um histórico ataque aos estudantes e trabalhadores da USP

[...] Todo o apoio democrático de centenas de professores, estudantes, intelectuais, jornalistas, artistas, juizes, trabalhadores, movimentos sindicais, de direitos humanos, devem se fazer sentir neste momento para rearticular uma enorme campanha democrática contra a criminalização dos movimentos sociais e pela anulação imediata desta denúncia absurda. Que todas entidades estudantis e de trabalhadores se manifestem urgentemente em apoio a todos os trabalhadores e estudantes.

Nota de repúdio ao processo do MP - DCE UNIFESP

DCE-UNIFESP repudia ação do Ministério Público contra 72 Estudantes da USP

[...] Apoiamos o movimento Uspiano em sua denúncia à postura ditatorial do Reitor João Grandino Rodas, que faz uso da ausência de espaços democráticos na universidade para impor sua vontade à força, com o uso da polícia, sindicâncias e processos criminais. [...]

-CONTRA A PRESENÇA DA PM NOS CAMPUS!

-PELO FIM DOS PROCESSOS NA USP E NA UNIFESP! LUTAR NÃO É CRIME!

-PELA DEMOCRATIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS!

Nota de apoio aos processados, em repúdio ao processo do Ministério Público.

[...] Com essa medida, a reitoria da USP só faz reproduzir a política orquestrada pelo Governo do Estado de São Paulo de criminalização dos movimentos sociais, repetindo-a internamente à USP. A partir de todos esses elementos, nos colocamos ao lado dos estudantes e funcionários processados e do histórico combativo do movimento estudantil da USP, e manifestamos repúdio a qualquer repressão à organização política, na defesa do direito democrático de livre manifestação.

CAHIS USP

Federação do Movimento Estudantil de História - FEMEH

Espaço Socialista

Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal - SINTRAJUD

Revista Crítica do Direito

Coletivo Nacional Construção

Unidade pela Luta - Grupo de Trabalhadores do Funcionalismo Público

de Santo André

Subsede da Apeoesp de Santo André

Movimento Mulheres em Luta ABC

moção de repúdio à denúncia do MP - CAECO UNICAMP

[...] Por meio da estratégia de judicialização dos ataques aos movimentos sociais em geral, a presente ação protocolada pela promotora Eliana Passarelli se soma aos diversos ataques promovidos pelas conservadoras e hierárquicas reitoriais das universidades estaduais paulistas e do governo do estado de São Paulo contra o movimento estudantil e sindical [...]

Moção da Apeoesp

Moção de Repúdio ao indiciamento dos estudantes da Universidade de São Paulo

O Conselho Estadual de Representantes da APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), reunido no dia 23 de fevereiro de 2013, em nome dos 250 mil integrantes do quadro do magistério da rede estadual de ensino de São Paulo, vem a público repudiar com veemência o indiciamento de 72 estudantes da Universidade de São Paulo por formação de quadrilha, destruição de patrimônio público, fabricação de explosivos e desobediência a ordem judicial.

A atitude da promotora Eliana Passarelli, que atende a interesse do Governo Estadual comandado pelo PSDB, é mais uma tentativa de criminalização de movimentos sociais e um atentado às liberdades democráticas, sobretudo aos direitos de organização e manifestação. [...]

Pela imediata retirada do processo judicial contra os estudantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2013.

Maria Izabel Azevedo Noronha Presidenta da APEOESP

Combater as teses reformistas do estalinismo para a UNE

O documento “A Reforma Universitária Dos Estudantes Brasileiros” não faz senão repetir e reforçar conhecidas posições da direção da UNE. O fato do PCdoB, que controla a organização estudantil, fazer parte do governo petista e ser um fiel aliado do PT, fez com que a UNE se submetesse ao Plano Nacional da Educação (PNE), apresentado na gestão de Lula e até hoje em tramitação no Congresso.

A diretriz da direção pecedobista é de ampliar um pouquinho alguns de seus pontos, de apoiar as medidas governamentais e exortar que sejam melhoradas. Evita qualquer motivo que leve os estudantes a se chocarem com a política educacional do petismo. Está aí por que a luta dos estudantes das Universidades Federais passou à margem da UNE e esteve contraposta à linha do PCdoB e PT de colaboração com o governo de Dilma Rousseff.

O documento que será apresentado ao Congresso da UNE está marcado por esse vínculo. Não serve para responder aos principais problemas, embora estejam na base das teses. Pelo contrário, os ameniza, os desvirtua e oculta suas raízes de classe (capitalista). Promove a ilusão de que o governo petista e o Congresso estão no caminho de sua solução. De maneira que se trata dos estudantes contribuírem, pressionando por melhorias no PNE e nas ações já em andamento. Ocorre que o PNE é privatista até a medula.

Observa-se que o documento da direção da UNE não expressa uma análise séria do sistema educacional brasileiro, de suas tendências e do lugar que ocupam os estudantes, cuja maioria pertence à classe operária e à pequena-burguesia. Não faz uma só referência ao caráter de classe da escola e de seu controle pela burguesia. Não dedica uma só linha para mostrar o fundamento de classe da política educacional do governo petista. É como se a escola (a universidade é uma de suas partes) pairasse no ar.

A “pobreza” a que se refere o documento e a qual se pretende “erradicar” com a contribuição do conhecimento para “reformas sociais não necessita de explicitação de suas causas. Basta reconhecer que existe e que uma das tarefas da universidade “democratizada” é o de permitir que se façam reformas de inclusão social. Mas que classe fará as reformas, que governo se encarregará delas? Não tem a mínima importância, para os redatores do documento, responder se a burguesia e seu governo devem se encarregar da reforma universitária, que supostamente servirá para “combater a desigualdade” e “erradicação da pobreza”.

Está claro que está implícito nas teses que se trata do governo petista, que supostamente deve se apoiar em setores burgueses progressistas e atacar os setores reacionários. Essa posição está de acordo com a velha e caduca tese do estalinismo.

A proposição de “combate à desigualdade” e “erradicação da pobreza” no seio do capitalismo é uma flagrante capitulação diante da burguesia e, especialmente, do grande capital, que determina as relações econômicas e conduz a política de Estado. O capitalismo, por força de leis econômicas e sociais, sempre ampliará as desigualdades sociais, ainda que circunstancialmente

possa reduzi-las em alguns milímetros.

Uma máscara nacional reformista para acobertar a adaptação à mercantilização do ensino

A “erradicação da pobreza” no interior do sistema de exploração do trabalho é uma quimera, que os reformistas, incapazes de lutar em defesa da vida das massas, com suas bandeiras e métodos próprios, utilizam para acobertar sua subserviência à burguesia e ao governo (Lula e Dilma constituem governos burgueses, pseudo reformistas). A premissa de que o ensino é um fator para reduzir as diferenças sociais e acabar com a pobreza é usada por planejadores a serviço da burguesia, que, via de regra, objetiva o impulsionar o sistema privado de educação. A universidade não fará senão aumentar parcamente o contingente da classe pequeno-burguesa e auxiliar em sua reprodução como vendedora de um bem adquirido em quatro, cinco ou seis anos de estudo.

O PCdoB apregoa uma universidade que não existirá e pinta a existente em cores de camuflagem. Introduce o documento exortando a defesa de uma “universidade associada à construção de um projeto de nação.” E que não tenha a função capitalista de “preparar mão-de-obra em série”, mas sim de “instituição fundamental para a elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento” e de “formação da consciência nacional”. A abstração nacionalista é evidente.

A pretensão crítica ao “modelo” de universidade destinada a “preparar mão-de-obra em série” é para dar ares de radicalidade à sua subserviência perante a política do governo petista/peemedebista. Assim, conclui que essa posição enfrentará resistência em toda a parte. Nada mais mentiroso. A linha do documento é de manter o sistema burguês de educação que combina o público com o privado, que impõe a separação entre a teoria e a prática e que não guarda nenhum vínculo com a produção social. O que se pretende é fazer algum remendo que pareça com a “democratização” e com o “ensino de qualidade”.

A falsificação nacionalista de uma universidade transformada mal esconde a capitulação do estalinismo e do petismo perante o crescente processo de mercantilização, de concentração monopolista e de desnacionalização do ensino superior. O impulso da mercantilização do ensino é um dos pilares das diretrizes do MEC, que alimenta a instalação do ensino a distância, o apoio às poderosas editoras, a proteção do ensino privado por meio de subsídios, a tolerância com penetração do capital estrangeiro no setor, etc. A reforma proposta pelo documento, portanto, não atinge a propriedade educacional de grupos capitalistas nacionais e internacionais. A espuma nacionalista de uma universidade voltada ao projeto “de desenvolvimento nacional”, à conquista da “autonomia científica do país” e à superação da “dependência tecnológica” serve como uma tosca máscara à adaptação da direção da UNE ao empresariado da educação.

No ponto “Regulamentação do Ensino Privado”, o documento afirma: “Combater a desnacionalização da educação

privada é, portanto, tarefa central de um país comprometido com a qualidade de sua universidade”. A resposta à invasão do capital imperialista, no entanto, se limita a uma fórmula jurídica: “Proibição do capital estrangeiro na composição das universidades brasileiras”. A direção da UNE dispõe do dado de que, dos 4,9 milhões de estudantes matriculados no sistema privado superior, “cerca de 1.317.000 estão sob o controle de apenas quatro grupos estrangeiros.” O processo de concentração, sem dúvida, elevará rapidamente esse número, que se aproxima dos 50% das matrículas. É necessário dar uma resposta precisa: **“estatização sem indenização dos conglomerados e grupos estrangeiros”**. Os reformistas temem a desnacionalização, mas se curvam diante dela com propostas de controle e tolerância de uma determinada porcentagem do capital estrangeiro na composição do sistema privado nacional. Por detrás da bandeira genérica de proibição, está a aceitação de penetração controlada pelo governo.

Os estalinistas inventam uma autonomia universitária típica para as instituições privadas, reduzindo o controle das mantenedoras. Querem que o governo inverta a proporção atual das matrículas nas universidades públicas em relação às privadas (20% e 80%), para dar supremacia à pública (60% e 40%). Seria uma façanha, se considerada hegemonia histórica do sistema privado do ensino superior, mas que mesmo assim manteria o poder do empresariado e das igrejas sobre a educação. Nenhuma reforma verdadeira pode admitir que os capitalistas e as igrejas sejam proprietárias de escolas e façam ingerência sobre a educação.

A renúncia à luta pela universalização do ensino público e gratuito

A questão não se resume tão-somente à quantidade de vagas controladas pelo Estado e pelo setor privado. É fundamental combater qualquer intervenção e influência do empresariado e dos clericais no processo de ensino. Ao contrário, as propostas do PCdoB preservam a ascendência da reação, do obscurantismo e do mercantilismo sobre o ensino, procurando utopicamente limitá-la, por meio de uma regulamentação específica.

Nota-se que as posições do documento “Reforma Universitária dos Estudantes Brasileiros” seguem a diferenciação entre a escola como propriedade estatal e a como propriedade privada. Os elementos de “democratização” (uma caricatura de democracia universitária) não são os mesmos nos dois sistemas, que estão entrelaçados no funcionamento geral da universidade. E por quê? Porque a direção estalinista da UNE respeita a propriedade privada e o primado burguês-clerical de “liberdade de ensino”, que não é senão a liberdade dos capitalistas e das igrejas de explorarem o ensino.

A real liberdade de ensino não tem vigência sequer nas universidades públicas, que devem seguir os ditames do MEC e os condicionamentos econômicos e ideológicos da burguesia, que dirá então nas propriedades dos exploradores e das igrejas. Mas aqueles que advogam uma universidade “associada à construção de um projeto de nação”, que querem “uma instituição comprometida com a formação da consciência nacional” e que sirva para “o combate à desigualdade” se ajoelham diante dos proprietários das escolas, parte deles hoje estran-

geiros (capital imperialista). Valem-se de propostas ilusórias, como a de limitar a representação das mantenedoras em até 20% nos colegiados. A impostura estalinista de um sistema em que se mude apenas o peso nos pratos da balança, em favor do prato estatal, e em que se estabeleça o controle externo do sistema mercantil, sem que os empresários deixem de extrair seus lucros e as igrejas espalharem o obscurantismo, confere com a idealização de universidade voltada à “elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento”.

O ponto de partida da formulação de um programa que responda à transformação democrática do ensino se encontra na tarefa de expropriar os empresários e as igrejas, arrancando-lhes sem indenização a propriedade material e intelectual da educação. Trata-se de uma reivindicação transitória, entre outras, que se choca com o capitalismo decadente e com a burguesia. Exige uma profunda luta das massas exploradas, sob a direção do proletariado, para defender o ensino da degenerescência e de sua subordinação aos interesses da burguesia, contraditórios com os da maioria.

Essa tarefa e a sua defesa no seio da juventude – não somente para que aqueles que estão na universidade – dividem as águas entre as correntes políticas, que lutam por ser direção do movimento estudantil. A formulação de uma política e de propostas que estejam assentadas na aceitação da coexistência do sistema público com o privado levam as correntes de esquerda a apoiarem as diretrizes do governo, com críticas mais ou menos duras, ou a rejeitá-las em palavras. No caso do documento do PCdoB, as críticas são veladas e hipócritas.

No ponto central – Democratização do Acesso –, faz-se a seguinte avaliação em relação ao PROUNI, REUNI, ENEN, etc.: “Nos últimos dez anos, as matrículas cresceram 110%: o setor privado mais que dobrou o número de vagas e o setor público cresceu 86%, refletindo concentração de 74% das matrículas nas IES particulares”. Os dados que saltam à vista, indicando que o governo petista/peemedebista manteve o MEC a serviço dos empresários da educação, no entanto são manipulados pelos redatores. Eis: “O setor público, no entanto, cresceu mais do que o setor privado pelos últimos três anos consecutivos e, nos últimos dez anos, a ampliação das matrículas nos cursos federais de graduação presencial foi de aproximadamente 60% e, nas matrículas nos cursos de graduação na modalidade à distância, houve um crescimento superior a 520%.”

De que adianta concluir que mesmo assim “apenas 14% dos jovens brasileiros têm acesso ao ensino superior” e que a universidade continua elitista, sem dizer que as medidas do governo foram paliativas para o ensino federal e de grande valia para o ensino privado? A direção da UNE pretende mostrar progresso com as medidas de Lula e agora com Dilma. No entanto, o PROUNI não está voltado ao acesso dos mais pobres. O governo petista usa os mais pobres para justificar apoio aos empresários e às igrejas, que se valem do PROUNI para lucrar mais e expandir seus negócios. Caberia à UNE calcular quanto os exploradores receberam de subsídio do governo petista e denunciá-lo como privatista. Mas faz o contrário, por estar material e politicamente submetida ao governo e comprometida com o Estado burguês.

O REUNI serviu para abrigar o PROUNI. E o PROUNI, para que a burguesia não gritasse contra o REUNI, que, mesmo com

toda malandragem do projeto em aumentar o número de aluno em relação ao de professores e em elevar a quantidade de alunos na sala de aula, acaba despendendo dinheiro público.

A política educacional do lulismo foi e é de exibir um percentual maior de acesso, dando visibilidade a um contingente menos abastado da população, a negros e estudantes da escola pública. Não importando que, para isso, tivesse de lançar o PROUNI. Considerada a massa de jovens que não pode continuar os estudos, porém, o acesso continua medíocre, como os estalinistas não poderiam deixar de reconhecer. Reconhecimento esse que serve apenas para pedir um percentual um pouco mais alto, ou seja, “duplicar a taxa bruta” em 50% e a “taxa líquida” em 33%.

A esmagadora maioria dos jovens continuaria barrada. O acesso permaneceria minoritário. Os estalinistas querem dar a impressão de que seria um grande salto, o que confirmaria sua política de reforma gradual. Se o seu governo e a burguesia não aceitarem dar um salto no gradualismo, que seja a contagotas.

Para o ensino médio, o documento defende o acesso universal, mas não para o nível superior. O reformismo raciocina, elabora e age de acordo com o que considera possível o capitalismo absorver e a burguesia conceder. As conquistas não dependem da luta dos explorados, dos quais a juventude oprimida faz parte, mas das pressões eleitorais, parlamentares e institucionais, para que o governo e a burguesia acatem mudanças graduais. O fato é que o capitalismo não cederá em nada que não seja do interesse imediato do grande capital.

Só resolverão os problemas mais fundamentais da educação pela via da revolução proletária

A poderosa força privatizante da educação não será revertida por nenhum governo burguês. O sistema público não deixará de ser subsidiário do sistema privado por iniciativa do Congresso, que votará o PNE privatizante. No capitalismo em decomposição, suas tendências destrutivas se voltam contra as massas oprimidas. A imensa maioria da juventude, pertencente à classe operária, à classe média pobre e aos camponeses arruinados, está obrigada a servir tão somente de instrumento de exploração capitalista do trabalho. Nada poderá ser feito para modificar essa situação sob o regime burguês de produção.

A via de uma reforma universitária que preserva os negócios dos empresários da educação e das igrejas não é uma reforma, mas a conservação reacionária do controle burguês sobre o ensino. Está aí por que a UNE se atém ao jogo parlamentar que se passa em torno do PNE, servindo aos objetivos eleitorais e carreiristas do PCdoB. Pode fazer demagogia à vontade com a bandeira de 10% do PIB para a educação, que 60% das matrículas do ensino superior pertençam à rede pública, assistência estudantil nas públicas e privadas, etc. Esse mel resulta da alquimia estalinista, que manipula sem pudor a água com açúcar.

O documento se aventura a propor uma “reestruturação acadêmica e curricular”. Pretende superar o “modelo” que “se baseia na segmentação dos conteúdos e preparação para série seguinte”. Considera um mal que a universidade tenha uma “grade curricular” voltada “a habilidades para o exercício da profissão”. E que assim “inviabiliza a indissociabilidade en-

tre o ensino, a pesquisa e a extensão. Apresenta como solução uma panacéia: “Defendemos o fomento à interdisciplinaridade e diversificação de conteúdos que combatam as opressões e desigualdades (...)”.

Basta que se leia a lista de propostas que segue a essa formulação para se ver que a panacéia é um pântano de tolices. Evitamos, portanto, entrar em detalhe nas pretensas propostas, que vão do “estabelecimento de novos paradigmas e métodos de ensino, que rompa com a unilateralidade na relação professor-aluno, passando pela “garantia de, no mínimo, 30% das aulas presenciais nos curso EAD” e chegando à “limitação das disciplinas de ensino à distância a matérias optativas/eletivas”, nos cursos presenciais.

Os estalinistas querem se apresentar como adeptos de um academicismo mais “avançado” em seus métodos, admitindo o Ensino a Distância (EAD). Os impostores denunciam a si próprios, tamanho que são seus disparates.

O ensino geral está desvinculado da produção social. O capitalismo não pôde enfrentar a separação entre a teoria e a prática, embora seus ideólogos, professores, pedagogos e acadêmicos tenham se esforçado em resolvê-la. Não há como a escola deixar de refletir a divisão social do trabalho e a divisão de classes capitalistas. Enquanto o ensino não estiver interligado à produção social, realizado pela força de trabalho coletivamente concentrada no processo fabril, reproduzirá a divisão social do trabalho capitalista na forma de separação do fazer e do pensar, da prática e da teoria. A revolução socialista estabelecerá o vínculo indissolúvel entre a produção social e a produção científica, da qual faz parte a aprendizagem escolar. A superação da contradição entre a produção social, a propriedade capitalista privada dos meios de produção e a apropriação privada de riquezas, estabelecendo a propriedade e distribuição coletivas, permitirá que os produtores controlem as forças intelectuais da produção e que a escola esteja completamente voltada ao conhecimento, à sua apropriação social e à formação do homem integral.

Conclusões:

1. **A proposta da direção da UNE não corresponde a uma verdadeira reforma democrática da universidade;**
2. **Não se trata de propor ao governo e à burguesia que a reformem;**
3. **O objetivo do Congresso não deve ser o de aprovar uma reforma da universidade;**
4. **A tarefa do Congresso é o de aprovar uma linha política para o movimento estudantil, que expresse a política do proletariado perante o capitalismo em decomposição, e um conjunto de reivindicações, que unifique a juventude em um movimento coletivo;**
5. **Os pontos fundamentais da situação educacional presente podem ser resumidos: a) Acesso da juventude ao ensino universitário; b) Resposta ao avanço do processo de privatização do ensino superior; c) Resposta à implantação do Ensino a Distância; d) Reivindicações específicas dos estudantes das universidades públicas e privadas; e) Defesa da autonomia e democracia universitárias; f) Combate à ofensiva repressiva dos governos aos movimentos sociais. G) Unidade dos estudantes com a classe operária – a luta antiimperialista e anticapitalista.**

ASK! Londrina: burocracia sindical, empresa e justiça burguesa se juntam para impor acordo miserável aos trabalhadores

No dia 7 de março, foram realizadas assembleias em três horários para deliberar a proposta de acordo entre a empresa de *call center* e o sindicato. Desta vez, o sindicato pelego conseguiu aprovar por 127 votos contra 96 a proposta quase idêntica à que havia sido rejeitada em assembleia anterior.

Para conseguir este “milagre” foi necessário que a empresa pressionasse um a um quase todos os trabalhadores, promovesse de cargos alguns e corrompesse outros. Muitos trabalhadores pediram demissão voluntária nesse período, enfraquecendo a resistência coletiva. Já o sindicato conseguiu a cumplicidade da justiça burguesa que impediu a participação dos membros da comissão eleita na primeira assembleia e que a empresa havia demitido em novembro. Este grupo vinha se constituindo no núcleo da resistência dos trabalhadores e sua participação era decisiva nas assembleias para enfrentar as mentiras e manobras do pelego.

Além disso, a ASK! recorreu à difamação. Para reprimir o movimento, acusou este de ser manipulado pelo POR, publicando dentro

da empresa uma montagem das denúncias publicadas no MASSAS com frases inventadas e insinuando que os trabalhadores eram massa de manobra.

Mesmo assim, sob ataque cerrado desta ampla frente patronal, os trabalhadores deram o combate e a aprovação do vergonhoso acordo passou por poucos votos.

O que se evidenciou aqui foi que diante do ataque patronal os trabalhadores não se deixarão abater impunemente. Pelo contrário. Resistirão às investidas e enfrentarão o colaboracionismo de classe das burocracias sindicais. A experiência mostra aos assalariados que o peso da crise será descarregado sobre suas costas e que o futuro de muitos será o desemprego e a fome. Os trabalhadores da ASK! mostraram qual a única resposta que cabe diante destes ataques: a luta!

É necessário tirar as lições deste enfrentamento e continuar organizados. Avançar na recuperação do sindicato expulsando os pelegos e ampliar a organização para outras empresas mostrando que o caminho da luta depende dos próprios trabalhadores.

ASK! acuada ataca os trabalhadores com difamação

Após as assembleias de trabalhadores rejeitarem a miserável proposta de acordo salarial e fracassar na tentativa de impedir os demitidos de participarem da assembleia, a ASK! agora parte para a difamação covarde. Afixaram dentro da empresa uma montagem com pedaços do Jornal MASSAS e textos acusando os trabalhadores de serem “massa de manobra”.

Ao invés de atender à legítima revolta dos trabalhadores, mantém a sua postura escravista e, para enfiar goela abaixo da categoria o miserável reajuste, quer caracterizar a luta coletiva como sendo manobra do POR.

A empresa não refuta nem uma linha do que o jornal MASSAS afirma (*leia matéria no Massas 449*) apenas tenta configurar de modo canhestro e covarde que o movimento seria obra do POR e não dos

próprios trabalhadores.

O POR recebeu a denúncia e se colocou imediatamente do lado dos lutadores oprimidos, pois é um Partido que luta pela emancipação definitiva do proletariado e por isso defende todas as lutas contra a burguesia e seu Estado, seja onde for!

A empresa tenta usar a denúncia contra o POR para reprimir o movimento legítimo dos trabalhadores da ASK! Em toda parte, os oprimidos se enfrentam com seus opressores e o Partido do proletariado tem a obrigação de se colocar do lado dos explorados.

Os trabalhadores da ASK! têm de dar a resposta que a empresa merece, como têm dado até agora e não ceder à difamação e ao terrorismo.

Têm que se manter unidos até arrancar da patronal as suas reivindicações.

PSDB ataca sindicato dos ferroviários em plena campanha salarial

Responder com luta! Reintegração imediata dos diretores demitidos!

A CPTM demitiu os diretores do sindicato dos ferroviários das linhas 8 e 9, Everson Craveiro Junior (Nenê – presidente), Evângelos Loucas (grego), Alessandro Viana, Múcio e Débora, e, poucos dias depois, mais um membro da comissão de negociação (não diretor). O agravante é as demissões ocorrem em plena campanha salarial, na qual esses diretores são representantes dos trabalhadores para negociar com o governo, eleitos em assembleia geral.

A demissão dos diretores/representantes dos trabalhadores da CPTM é parte de uma ofensiva repressiva geral dos governos/capitalistas aos movimentos sociais. Os ataques vão desde a aplicação da lei antigreve, multas aos sindicatos, processos e demissões políticas às lideranças, repressão policial aos movimentos, até ao assassinato de lideranças (sem-terra), como Cícero, no Rio de Janeiro. É a ditadura de classe da burguesia que se exerce para que se imponham os interesses e vontade dos exploradores e de seus governos contra os explorados.

Sobre a organização ferroviária, o governo/direção da CPTM tem

realizado uma ofensiva repressiva que vai desde a imposição de punições trabalhistas (advertências, suspensões), processo por falsidade ideológica, até a demissão. Há pouco tempo, o sindicato foi despejado de seu espaço pela empresa.

O governo/patrão alega que os dirigentes não têm mais estabilidade, porque ela estaria vencida pelo sindicato da Sorocabana (Stefzs) e a carta sindical do novo sindicato (Sinferp) ainda não foi formalizada no Ministério do Trabalho.

Ao demitir os representantes sindicais, o governo/empresa querem determinar quem pode e quem não pode negociar pelos trabalhadores. É uma violação aberta da autonomia sindical. É o patrão/governo pretendendo impor aos trabalhadores suas decisões sobre a campanha salarial. Assim como terrorismo verbal sobre os trabalhadores ferroviários para tentar evitar uma possível mobilização.

As demissões indicam que o governo/patrão julgou a atual direção sindical descartável. Ela não conseguiu conter a revolta dos trabalha-

dores em 2011, que levou a uma forte greve que pressionou o governo a conceder um reajuste salarial maior que o pretendido. E ela acabou denunciando o sucateamento da empresa, ao divulgar as razões dos seguidos acidentes que tiveram por causa problemas de manutenção e falhas do sistema. Se havia desconfiança dos trabalhadores em relação a ela por sua conduta conciliatória, o governo/patrão também deixou de considerá-la como meio de contenção da mobilização.

A campanha salarial em andamento deve colocar, a partir de uma assembleia geral, a reivindicação de readmissão dos diretores demitidos como primeiro ponto de pauta, e manter os demitidos como representantes para a negociação com o governo. Não se pode aceitar que o governo/patrão imponha sua vontade na campanha salarial e na organização sindical.

Paraíba

Luta dos estudantes da UFCG pelo RU gratuito e universal mostra importância da organização

Desde a volta às aulas, no dia 28 de janeiro, os estudantes da UFCG estão sem alimentação. A reforma do RU atrasou e a reitoria não planejou nenhum fornecimento alternativo de alimentação. O DCE, sem convocar os estudantes, fez várias reuniões de gabinete com o reitor. Só conseguiu promessas, que não enchem a barriga de ninguém.

Desde o fim de 2012, o Comando Local de Mobilização Estudantil (CLME) convocou atividades sobre o RU. A reitoria anunciou que os estudantes precisariam se cadastrar e passar pela avaliação da assistência social para poderem continuar a usar o RU. Bolsista REUNI, por exemplo, não poderia comer. A alimentação estaria vinculada aos dias e horários de aula, como se não houvessem atividades de pesquisa, extensão, estudo e militância que mantém o estudante no campus. O CLME fez uma carta aberta à reitoria e candidatos anunciando que não permitira o cadastro. O DCE, dirigido pelo PCR, envolvido na campanha para reitor, ficou alheio a esta luta.

O ano se iniciou e passamos mais de um mês com o RU fechado. Depois do fracasso de um ato improvisado na posse do reitor, parte do DCE passou a responder ao chamado do CLME. A organização mostrou resultados.

No dia 07 de março, o comando convocou um ato na reabertura do RU, que estava fechado desde o fim do ano, por conta do atraso nas reformas. Além da denúncia do atraso, nós, estudantes, estávamos determinados a não deixar o cadastramento excludente promovido pela reitoria ser colocado em prática. Por meio da ação direta, passamos por cima da restrição, entramos e comemos. Fizemos uma transmissão da rádio sem catracas, amplificando as reivindicações de retomada imediata da alimentação. RU universal, gratuito e desprivatizado sob controle da comunidade universitária, com maioria estudantil.

Na sequência, o pró-reitor de Assuntos Comunitários convocou o

Paraíba

Lugar de estudante é na luta!

Em apoio à greve dos docentes e funcionários! Contra a conciliação com a reitoria e governo!

Os professores da UEPB (Universidade Estadual da Paraíba) decretaram greve no dia 26/02. A categoria já sinalizava a ação anteriormente, pois o governo do estado não repassa integralmente os recursos previstos em lei há vários anos. Apesar da disposição da categoria, a direção sindical, que é pró PSDB e aliada do governador Ricardo Coutinho (PSB), foi contra a greve e fez de tudo para inviabilizá-la.

É preciso pôr em pé uma campanha de luta em defesa do sindicato, dos trabalhadores e da organização sindical. Não se trata de aguardar que a justiça decida por sobre a autonomia do sindicato. É preciso unir aos demais movimentos atacados pela repressão dos governos/patrões e derrotar a ofensiva repressiva sobre os movimentos. A ofensiva dos governos/patrões é contra todos os que se mobilizam pelas reivindicações. A defesa dessas reivindicações está ligada à defesa das lideranças atacadas.

A campanha salarial dos ferroviários deve preparar uma forte e organizada greve no setor. Buscar a unidade de todos os ferroviários das demais linhas da CPTM, bem como com os funcionários do Metrô. Chamar a unidade de todos os movimentos sob repressão para enfrentar a ditadura dos governos/patrões.

CLME para uma reunião e ao final concordou com o fim do cadastro restritivo que deve ser substituído apenas pelo controle do uso do RU por parte da Comunidade Estudantil. Insistimos que não aceitaremos a perspectiva assistencialista, focalizada, mas que queremos a alimentação como direito universal. Por incompetência administrativa, em 2012 o RU funcionou sem nenhum controle, e não faltou comida, isto comprovou que é possível funcionar de forma universal. A tentativa de restrição da reitoria está sendo derrubada com luta. Na próxima semana, haverá uma reunião com o pró-reitor, reitor e CLME (que inclui DCE, CAs, Corrente Proletária Estudantil e estudantes independentes). A pauta irá além do R.U. pois tratará de todas as reivindicações protocoladas pelo CLME, resultante das assembleias estudantis ocorridas ao longo da greve de 2012. A pauta traz desde as reivindicações nacionais de estatização do sistema privado de ensino; sistema único público, gratuito, laico, científico e universal; fim do vestibular; combinadas com as reivindicações locais de melhor estrutura, garantia de acesso e permanência, não à EBSERH, etc.

O caminho é este, mostrar o vínculo entre as lutas cotidianas e as reivindicações mais gerais, de defesa da vida da juventude.

A ANEL não aparece nas lutas e nem responde às convocatórias. Afunda em um sectarismo e descola-se cada vez mais do movimento estudantil. Seus integrantes alegam que não vão fazer nenhuma luta com o DCE, caindo num imobilismo e passividade que favorecem a própria reitoria e governos. Só atuou mesmo na campanha para reitor, inclusive apoiando o mesmo candidato que o PCR.

A manutenção da mobilização e a confiança em nossas próprias forças são fundamentais para avançarmos nestas conquistas. Devemos fortalecer o CLME e exigir que seja convocada uma assembleia estudantil para avaliar e planejar as próximas lutas!

der às reivindicações das categorias em greve, que são principalmente reajuste da data-base e reposição das perdas salariais no caso dos técnico-administrativos. Reposição das perdas e aumento do piso em 17,7%, contra o aumento da carga horária em sala e equiparação dos salários dos professores aposentados.

O DCE é dirigido pela UJS/PCdoB. Embora tenha independentes, a política dos estalinistas é implementada sem resistências. Como aliados da administração, o DCE está contra a greve. Em nota, faz coro com o reitor e governo. Afirma que o problema da universidade não é salarial, “mas sim problemas que atingem diretamente e muito mais incisivamente na vida do estudante”. Não há explicação concreta do que seriam esses problemas. Também reivindicam 3% do orçamento para “assistência estudantil”. O DCE critica a categoria docente porque os professores não estão se mobilizando em defesa dos interesses estudantis, que figuraria na pauta como mera formalidade. Critica a postura dos docentes nas últimas greves que, quando na mesa de negociação, esquecem dos estudantes e dos “interesses gerais” da universidade, só pensando em seus salários. Afirma que a deflagração da greve ocorre no momento errado e expressa interesses meramente corporativos. Colocando-se contra a greve e se restringindo à assistência, é o DCE que age de forma corporativa.

Sabemos que as direções sindicais são limitadas. Suas lutas surgem por interesses econômicos (melhores salários e condições de trabalho). No caso dos professores é mais evidente, porque a categoria tende a ter postura conservadora em relação aos métodos e as bandeiras de luta. Ainda assim devemos intervir junto a eles para unificar o movimento. Essa tarefa cabe aos estudantes, por ser um setor potencialmente mais progressista e combativa da universidade.

A discussão técnica ou jurídica sobre o orçamento é uma armadilha. O dever dos estudantes é somarem-se às lutas, com suas reivindicações próprias, e lutar para conseguir a vitória. Posicionar-se contra a greve, neste momento, significa se alinhar com o governador, que precariza a universidade, com a reitoria e ainda com o governo federal, que promove as leis antigreve e reprime os trabalhadores que se levantam em luta. É preciso defender o direito de greve. Isto é parte da denúncia à repressão do Estado que atinge: moradores das favelas e ocupações populares, povos indígenas, movimento camponês; operários das obras do PAC, estudantes (as prisões e processos na USP e Unifesp são exemplos extremos da criminalização das lutas sociais). Precisamos denunciar a punição arbitrária feita pela reitoria, que se recusa a renovar os contratos dos professores substitutos, enquanto dure a greve, justamente para dividir o movimento. Que o DCE rom-

pa com a reitoria e o governo, abandone a política conciliadora e se coloque no caminho da luta!

Combater o atraso político do DCE

Em 07/03, aconteceu o COEB (Conselho de Entidades de Base) para discutir a greve e realização de Assembleias em todos os campi. Os trabalhos foram conduzidos de forma truculenta pela direção do DCE. A mesa foi extremamente autoritária, não submetendo as divergências à plenária. A UJS/PCdoB e os “independentes” se esforçaram em convencer os CAs, que não houve tempo para organizar os estudantes e agora não é momento para greve. A CPE/POR e Voz Ativa/PCR e alguns estudantes independentes, que não compõem a direção, defenderam a greve. Mas prevaleceu a posição corporativa de criticar os professores e de volta às aulas. Outro ponto negativo nas discussões foi a defesa rebaixada de “assistência”, mesmo após as intervenções explicando os limites dessa bandeira. Nesse ponto, o PCR também capitulou ao assistencialismo. Argumentou que essa é apenas uma questão de ser “politicamente correto”, desconsiderando as implicações políticas do termo.

Parte da base criticou a imobilidade das direções, tanto a atual quanto a anterior (PCR). Destacaram as péssimas condições da expansão promovida pelo REUNI e necessidade de luta. No momento das deliberações, houve tumulto e confusão generalizada. Em parte devido às disputas entre os estalinistas, mas também por conta da desorganização da direção e tentativa de confundir os estudantes em relação às propostas feitas pela Corrente Proletária. Em sua postura autoritária, a mesa definiu que acataria somente as propostas feitas por estudantes da UEPB. Como os militantes do POR e um militante anarquista (que defendeu a greve e a bandeira da permanência contra a da “assistência”) são de outra universidade, suas propostas só seriam submetidas à votação se algum estudante as mantivesse. O representante do CA de Matemática assumiu as propostas.

As propostas centrais aprovadas foram: contra a greve e volta às aulas; assistência para os moradores da residência estudantil; criação de um Comando de Mobilização Estudantil. A CPE defendeu a proposta de atividade unificada entre os Comandos da UEPB e UFGG e algumas reivindicações, se opondo à assistência. Foram aprovadas. As propostas de apoio à greve e assembleias que pautassem a greve estudantil e a pauta específica foram distorcidas e rejeitadas.

Nesse COEBE ficou evidente o grau de burocratização do DCE e o atraso político de sua direção. Mas a criação de um Comando de Mobilização é a possibilidade de impulsionar a luta, que está condicionada ao combate à burocracia e ao governismo no movimento estudantil da UEPB.

Manifesto ao 32º Congresso do Andes-SN

1. Os ataques ao Ensino Público e a histórica greve de 2012. É preciso avançar na organização, mobilização e combatividade do movimento docente

O 32º Congresso do Andes-SN ocorre entre os dias 4 e 9 de março de 2013 no Rio de Janeiro. Nosso congresso docente acontece após a histórica greve protagonizada pelos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da esmagadora maioria dos estados do país, no contexto político da explosão de movimentos grevistas e paralisações de diversas categorias de servidores federais em 2012, além das paralisações de estudantes e servidores das universidades. Trata-se, sem dúvida, de uma das maiores greves da história da nossa categoria.

As causas fundamentais do movimento grevista são conhecidas de todos nós: degradação das condições de trabalho, ensino e estudo,

destruição de direitos, a política de expansão de vagas do Reuni sem a estrutura nas universidades, o crescimento do ensino privado e o controle do capital externo sobre elas e as escolas, enfim o caráter privatista da política educacional em curso.

Nossa greve teve de enfrentar muitas dificuldades. Primeiro, os docentes tiveram de superar a desmobilização e a política governista e conciliadora das direções ligadas ao Proifes. Enfrentou a indiferença do governo federal com o movimento grevista docente e a nossa pauta de reivindicações. Teve de combater o isolamento imposto aos docentes pela política traidora do Proifes, que assinou, a portas fechadas, um acordo com o governo Dilma Rousseff (PT), em detrimento dos direitos e reivindicações dos professores. Agora, passada a greve, precisamos avaliá-la para avançar na organização, mobilização e luta em defesa da Educação Pública, das reivindicações da categoria con-

tra o avanço do ensino privado, através dos métodos da ação direta (ocupações, greve, manifestações, assembleias).

2. O 32º Congresso do Andes precisa aprovar um Plano de Lutas e uma campanha em defesa da educação e Universidade públicas

A política do governo Dilma Rousseff (PT), que dá continuidade às ações anteriores do governo Lula, para a educação e universidade pública, articula as medidas de socorro, apoio e fortalecimento do ensino privado, o avanço do capital internacional no campo da educação e a política de expansão de vagas nas universidades públicas, com consequências nefastas para os docentes, estudantes e servidores, expressas no Reuni. Além disso, o governo impõe sua política de ataques aos direitos da categoria, a privatização dos hospitais universitários por meio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), instituída pela Lei 12.550/2011 e ignora o movimento docente e suas reivindicações.

Não há como defender intransigentemente o ensino público, sem combater o avanço do ensino privado e as medidas claramente privatistas dos governos federal e estaduais. É preciso defender a expropriação do ensino privado e a constituição de um único sistema público de educação, sob o controle de quem estuda e trabalha. A coexistência do público e privado na educação é a raiz da degradação da educação pública e das IFES.

3. Nada de divisões na categoria docente. É preciso rechaçar as ações divisionistas e defender a unidade organizativa na luta dos trabalhadores

O 32º Congresso terá de discutir as ações divisionistas presente

Municipais São Paulo

A Corrente Proletária, diante do veto de Haddad ao projeto de lei que concedia pequenas vantagens aos trabalhadores da educação, interveio defendendo a convocação de assembleia e manifestações de rua, opondo-se à burocracia do sindical que chamou em local fechado e no sábado. O boletim abaixo expressa o combate ao prefeito petista e à burocracia do Sinpeem.

Aprovar uma assembleia massiva com paralisação das escolas

O veto de Haddad às conquistas da greve representou um grande ataque à classe. Esse governo mostrou a que veio. Assim como os outros, tem compromisso com os empresários e, por isso, corta recursos da educação.

O Projeto de Lei 310/12 previa o aumento de duas referências na carreira do magistério. O trabalhador, ao invés de evoluir apenas até a referência 21E, poderia chegar até 23E. Isso significa, concretamente, um aumento de aproximadamente 10% no salário. Para os que estão perto da aposentadoria, representava a incorporação, quase que imediata, das duas referências (já que estes têm o tempo suficiente). Os aposentados também receberiam automaticamente esse reajuste.

Para o Quadro de Apoio, a transformação dos Agentes Escolares em ATEs representava uma melhoria nas condições de trabalho e de salário.

É importante ressaltar que tais conquistas foram arrancadas na greve do ano passado. Não totalizam todas as reivindicações, mas foram frutos do movimento grevista.

O governo, para iludir os trabalhadores, enviou um projeto à

no movimento docente, que se expressa em textos nos Caderno de Teses. Sabemos que hoje os trabalhadores estão diante de uma divisão profunda e a existência de diversas centrais sindicais, cada uma delas fatiando uma parte do conjunto dos explorados. A Conlutas (atualmente CSP-Conlutas), dirigida pelo PSTU, e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), dirigida pelo PCdoB, sabemos, nasceram de divisões da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no curso da burocratização e estatização dos sindicatos e da principal central brasileira pela política do Partido dos Trabalhadores (PT) e da ascensão do governo Lula. A direção da CUT, controlada pelo PT, impõe à base dos trabalhadores a política de conciliação de classes e de alianças com setores da burguesia, servindo de coluna ao governo Lula e Dilma Rousseff (PT), sendo responsável pelo avanço da flexibilização de direitos sociais e trabalhistas, como é o caso do Acordo Coletivo Especial (ACE), da Lei Anti-Greve e dos acordos com as multinacionais.

Diante das divisões no seio dos trabalhadores, qual deve ser a nossa atitude? Devemos responder a divisão com divisão como querem alguns professores, ao defender a ruptura do Andes-SN com a Conlutas e seu retorno à CUT? De maneira alguma! A tarefa colocada não é promover mais divisões, mas defender intransigentemente a UNIDADE ORGANIZATIVA DOS TRABALHADORES, inclusive da categoria docente, denunciar o burocratismo, o divisionismo e os acordos de flexibilização trabalhistas, tirando uma RESOLUÇÃO DO 32º CONGRESSO PELA REALIZAÇÃO DE UM CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES PELA UNIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UMA ÚNICA CENTRAL DEMOCRÁTICA, COMBATIVA E INDEPENDENTE DO ESTADO E DOS PARTIDOS BURGUESES.

Câmara que exclui os aposentados, o Quadro de Apoio e coloca um tempo maior de contribuição para chegar até à referência 23E. Isso significa perdas e divisão entre professores e funcionários.

Que Haddad cumpra o que o PL 310/12 na sua totalidade. O não cumprimento dos acordos, feitos em 2012 por ocasião da greve, é uma afronta aos trabalhadores.

Além disso, há outras reivindicações: a incorporação do restante das gratificações (maio/13 e maio/14), salário igual para trabalho igual (no caso dos que estão no módulo), fim das terceirizações (limpeza, merenda) e dos convênios com creches privadas e aumento real de salário.

Por isso, é preciso ir às ruas. É preciso aprovar uma assembleia massiva, com paralisação. Assembleias aos sábados em locais fechados são mecanismos da burocracia do sindicato para quebrar a disposição de luta da classe. Isso porque aposta nos acordos de cúpula para negociar migalhas.

A Corrente Proletária na Educação propõe uma nova assembleia para o dia 15 de março. Só com a ação direta é possível conter os ataques do governo e arrancar as reivindicações.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

São Paulo: professores

A Corrente Proletária participou das reuniões regionais da Apeoesp. A burocracia havia decidido pela realização de uma greve no mês de abril, como parte da convocação da greve nacional da CNTE. Recusou-se convocar uma assembleia no início do ano para que os professores decidissem sobre o movimento e usou o expediente do Conselho de Representantes, onde tem maioria, para reafirmar o chamado de greve. Como a greve foi anunciada dois meses antes, espera que o governo se comova e abra uma negociação em torno da Lei do Piso, do Plano de Carreira e de outras leis. O PSTU, no primeiro momento, se posicionou contra a greve, apoiando-se nas leis que impedem a paralisação dos professores da categoria O e na desmobilização das escolas. Após a burocracia convocar a assembleia para o dia 15 de março, o PSTU mudou o discurso dizendo que serão os professores que decidirão sobre a greve, apostando no esvaziamento da assembleia. A Corrente Proletária criticou o método da burocracia de manobrar com a greve para tentar arrancar alguma concessão do governo. Isso porque não se coloca por uma verdadeira campanha de mobilização nas escolas. Porém, defendeu a greve como única forma de enfrentar as medidas governamentais e conquistar as reivindicações. O Boletim abaixo foi distribuído e defendido nas regionais.

Por que ir à greve?

O governo Alckmin não atendeu as reivindicações. Passou o ano de 2012 enrolando a direção do sindicato em torno do Plano de Carreira. Enquanto isso, impôs medidas duras contra os professores da categoria O, criou o reajuste parcelado abaixo da inflação, desconsiderou as perdas salariais, rejeitou a Lei do Piso (redução da jornada) e arrastou uma parcela dos professores para a avaliação por mérito.

A situação se agravou. Somos 45 mil professores da categoria O, submetidos ao trabalho escravo.

Somos milhares de professores da categoria F, com uma estabilidade de um salário mínimo de fome.

Somos milhares de professores efetivos em condições de ensino e trabalho também precárias

Somos mais 200 mil professores. O governo nos divide. A nossa unidade é a nossa fortaleza para enfrentar um governo.

Quatro eixos fundamentam a necessidade de ir à greve

1. Defesa do REAJUSTE SALARIAL e da reposição das perdas. Nenhum professor recebendo menos que um SALÁRIO MÍNIMO VITAL (R\$ 4000,00);
2. Defesa da ESTABILIDADE PARA TODOS OS PROFESSORES. Fim da precarização dos contratos;
3. Defesa da diminuição das jornadas estafantes de trabalho, através da IMEDIATA APLICAÇÃO DA JORNADA DE 1/3 FORA DA SALA DE AULA e da implantação da escala móvel das horas de trabalho. Nenhum professor sem emprego ou subempregado.
4. Fim da farsa do ENSINO MÉDIO INTEGRAL. Isso porque favorece uma pequena parcela de estudantes. As escolas que funcionam em período integral eliminaram o curso noturno. Os estudantes de ensino médio dos bairros pobres precisam trabalhar. A maioria dos professores não aceita o ensino médio integral, mesmo com uma bonificação no salário, porque fica sujeita à avaliação de desempenho por parte dos órgãos do governo e perde conquistas do magistério.

Fazer da Assembleia do dia 15 de março uma manifestação massiva, que ganhe as ruas

A firmeza em relação ao porquê da greve deve ser difundida em cada escola por todos os representantes do sindicato. Com o planejamento que ocorreu nos dias 28 de fevereiro e 1º de março ficou evidente a todos os professores que o governo continua com sua política de centralizar o trabalho, impor ainda mais medidas de fiscalização e burocratização e aumentar

a carga de trabalho, enquanto mantém arrochados os salários, mantém contratos precários e preserva essa monstruosa jornada em sala de aula. Mal o ano começou e os professores já se encontram esgotados pela perspectiva que se vislumbra para o ano de 2013.

Preservar nossa força de trabalho é o alicerce para um forte movimento de greve. Salário, emprego e melhores condições nas escolas é a exigência que o movimento de professores tem feito nos últimos anos ao governo estadual, embora este tenha sistematicamente virado às costas para as necessidades do magistério e mantido a política de destruição do ensino público. Agora é a hora para começarmos a reverter esse quadro com uma ampla mobilização.

Comandos de base

Além dos motivos para a greve, a reunião de representantes, bem como a assembleia, deve discutir a formação de comandos de mobilização. Sabemos, pois, que nem todas as escolas têm o mesmo ritmo de mobilização e que, em muitas delas, prevalece a política de pressão dos diretores e da própria Diretoria de Ensino. Ganhar a confiança da categoria e enfrentar os capatazes do governo exige organização coletiva. Os comandos de base que visitam as escolas, que escrevem materiais e que mobilizam para as assembleias regionais são fundamentais para esse trabalho em todo o estado de São Paulo.

A tarefa dos Representantes, nesse momento, é colocar os comandos de mobilização em pé, elaborar os calendários de visitas às escolas para que a Assembleia do dia 15 de março, a primeira do ano, seja uma assembleia massiva e que determine os rumos do movimento.

Sabemos que muitos professores e escolas paralisam as aulas nos dias de assembleia. Esse é um ponto positivo e importante, no entanto a presença física, o caráter amplo da mobilização na Capital é imprescindível para pressionar o governo e mostrar à população o descaso com a educação pública.

Uma forte mobilização se faz com bandeiras de luta que unifiquem a classe

Os problemas são inúmeros, mas é preciso focar nas questões que unificam todo o professorado no choque contra o governo. A unidade de efetivos e contratados é decisiva para a vitória do movimento. O governo esfacelou a nossa classe. Mas a nossa força se encontra nos 200 mil professores, na nossa coesão e na disposição de enfrentar coletivamente o governo.

Dissemos já que os quatro eixos fundamentais estão ligados à luta contra a precarização e divisão do magistério. Pois essas quatro questões devem estar materializadas em todos os materiais através de bandeiras corretas. Por isso, a Corrente Proletária propõe:

- 1) REAJUSTE IMEDIATO DOS SALÁRIOS (o índice de 36,74% de 2010 deve ser revisto com base nas perdas dos últimos dois anos). Em nossos cálculos, as perdas são de 49%.
- 2) ESTABILIDADE PARA TODOS OS PROFESSORES (todos os professores aptos ao trabalho devem ter garantido seu emprego, sem perder o vínculo e com os mesmos direitos

dos efetivos);

- 3) APLICAÇÃO IMEDIATA DA LEI DO PISO NO QUE SE REFERE À JORNADA DE 1/3 FORA DA SALA (diminuição das aulas em todas as jornadas existentes). Emprego a todos, reduzindo a jornada com a implantação da escala móvel das horas de trabalho;
- 4) FIM DO ENSINO MÉDIO INTEGRAL;
- 5) FORMAÇÃO DOS COMANDOS DE MOBILIZAÇÃO E DOS COMANDOS DE NEGOCIAÇÃO (ampla participação das bases em todas as decisões e ações do sindicato).

Rondônia / Dizer não à conciliação de classes para avançar a luta contra os governos capitalistas

A burocracia do Sindicato dos Trabalhadores em educação (Sintero) convocou uma assembleia dos estaduais pela manhã e outra no período da tarde para os municipais. Tinha o objetivo de dividir os trabalhadores na campanha salarial.

O objetivo das assembleias foi apresentar a pauta de reivindicações de 2013. Para os estaduais, fixou a reposição salarial de 24,70% e para os municipais 24,6%. Portanto, uma diferença sutil. Os dados de reposição, certamente, nada têm a ver com as reais perdas dos trabalhadores da educação.

Quanto às outras reivindicações, há um documento de compromisso do governo Confúcio Moura/PMDB (na época da campanha eleitoral) com a burocracia do sindicato que vem se arrastando. Um dos compromissos era o pagamento de precatórios da ação do salário mínimo para os trabalhadores do setor administrativo das escolas. E, para os professores, eram o pagamento da licença prêmio em pecúnia e a restituição da diferença entre o salário da categoria e o valor do

salário mínimo. Em relação aos municipais, ainda há a pendência do percentual do quinquênio que foi depositado em juízo.

Os trabalhadores da educação quase todos anos estão obrigados a ir à greve para arrancar as reivindicações. Mas, têm pela frente o obstáculo de sua direção sindical, que trabalha pelo desmonte do movimento e pela aceitação de migalhas, que são corroídas em pouco tempo. A maioria vive endividada com bancos para poder sobreviver, em função dos baixos salários e a elevação do custo de vida.

A Corrente Proletária da Educação atua no seio do movimento docente para organizar a luta unitária na defesa da independência política das organizações sindicais frente aos governos e construir uma direção revolucionária. E faz a defesa intransigente das reivindicações vitais como salário mínimo vital, reposição das perdas salariais, redução da jornada de trabalho, aposentadoria estatal especial e íntegra e outros direitos trabalhistas.

Rio Grande do Norte: boletim Nossa Classe

Emprego não se negocia! Defende-se com luta!

Grupo Guararapes demite para manter a margem de lucro. Em 2012 a receita líquida do grupo foi de R\$ 671,5 milhões, 19% a mais do que o ano de 2011. Em contrapartida, chegou a demitir mais de 7 mil trabalhadores em um período de um ano e meio (2011 e 2012).

O vice-presidente do grupo e presidente da Riachuelo, Flávio Rocha, justifica que as demissões aconteceram em virtude do aumento do custo Brasil e que tem registrado grandes perdas de produtividade, ou seja, aumentou o custo de produção. O figurão usa das demissões pra pressionar o governo para baixar o custo Brasil e conseguir incentivos do governo para o setor. O nosso piso salarial é um dos mais baixos, mal dá para comprar a comida para sobrevivermos e em seguida sermos explorados por aqueles que consomem nosso sangue e suor. A receita positiva da empresa foi gerada pela nossa exploração. O patrão “reclama” do lucro anual de milhões, enquanto nós operários vivemos uma miséria generalizada, fora os outros 7 mil que ficaram sem seu meio de vida.

Nós operários estamos desarmados frente a essa violência. O sindicato da categoria (Sindconfeções), aceita as demissões passivamente. A diretora (Maria dos Navegantes) disse que “o período” não justifica os cortes, pois geralmente isso acontece em março, que na opinião dela seria justificável e mesmo assim o sindicato não faz nada em defesa dos empregos.

Senhora diretora, não existe justificativa para demitir! Para tirar dos trabalhadores o seu meio de sobrevivência e de sua família! O sindicato está do lado da empresa, pois frente às demissões o sindicato propõe um acordo coletivo que mantém o trabalhador na miséria com salários defasados. Na assembleia convocada para domingo dia 10/03 a direção chama para iniciarmos nossa campanha salarial. Queremos sim nossa campanha salarial, mas que tenha como norte um reajuste que contemple a nós operários. Quem consegue viver com a hora de trabalho sendo paga a miséria de R\$2,86 (dois reais e oitenta e seis centavos)? Já paramos para pensar quanto damos de lucro, por minuto, ao patrão? Pois bem, precisamos mesmo aprovar a campanha salarial que tenha como objetivo o aumento de salário sem demissão. A defesa do emprego é defesa de nossa sobrevivência! Que a Guararapes mantenha os empregos, sem nenhum dano ao trabalhador. Vamos exigir do sindicato que convoque as assembleias na porta da fábrica! Não podemos ficar só reclamando e com raiva dos encarregados que são os meninos de recado dos patrões. Temos de lutar! Devemos nos organizar contra as demissões e defender o emprego com um salário de acordo com as necessidades reais das famílias! Abaixo o salário de fome de R\$ 630,00! Abaixo o acordo coletivo patronal. Abaixo o salário mínimo de fome de Dilma/PT.

Denúncia: acidente de trabalho em Sauípe/BA mata um e fere mais de quarenta operários

No dia 13 de fevereiro de 2013, ocorreu mais um acidente de trabalho na Bahia, dessa vez em Sauípe. Uma estrutura de um palco para um evento, que estava sendo montada pelos trabalhadores do Grupo TV1, a serviço do Banco Bradesco, veio abaixo, caindo sobre os operários. O acidente de trabalho resultou na morte de um operário e ferimentos em mais de 40 outros trabalhadores. Como nos demais casos de acidente de trabalho no Brasil e na Bahia, os trabalhadores e suas famílias são os únicos que saem perdendo, enquanto as empresas e os capitalistas continuam a lucrar, e os governos e o Estado fazem vista grossa diante da violação das normas de segurança do trabalho.

Em janeiro, três operários foram vítimas fatais de acidentes em canteiros de obras da construção civil. Dados mostram que

dos 711.164 mil acidentes ocorridos em 2011, no Brasil, 49.478 mil atingiram o setor da indústria extrativa e da construção civil. Na Bahia, só em 2011 ocorreram 99 acidentes de trabalho, com 18 mortes; em 2012, ocorreu o mesmo número de acidentes, desta vez com 4 mortes.

Sem uma reação política exemplar do conjunto dos trabalhadores como no caso da construção civil, uma das mais atingidas, não é possível barrar a profunda exploração dos operários e as condições desumanas de trabalho. Se depender dos governos Federal e estaduais, do Ministério Público do trabalho (MPT) e da Justiça do Trabalho, os capitalistas continuarão desrespeitando as normas de segurança. Somente com a organização, mobilização e luta é possível impor as reivindicações do proletariado e do conjunto dos explorados.

Curso de Formação Política do POR

Brasil, país capitalista semicolonial atrasado

No último dia 03/03/13, o POR realizou mais um encontro de formação política mensal, que é feito há mais de 20 anos, sem interrupção. Como parte da preparação ao nosso Congresso, que se realizará em julho, estamos debatendo pontos do programa. O método é a leitura e discussão coletivas de extratos dos clássicos do marxismo e de dados sobre a realidade nacional. Publicamos abaixo as principais conclusões do último debate:

I – país semicolonial – textos de Lênin (O Imperialismo, fase superior do capitalismo) e de Trotsky (Programa de Transição).

1) país semicolonial é aquele que, não sendo imperialista, portanto capitalista desenvolvido, e deixando de ser colônia, encontra-se em uma situação intermediária, que se caracteriza como semi-independente.

2) Portanto, não tem independência nacional. Sua economia se encontra dominada em seus ramos fundamentais pelo capital financeiro internacional. O país não tem controle sobre suas próprias forças produtivas, que estão nas mãos de grupos dos países imperialistas.

3) O país semicolonial é atrasado, ou seja, sua economia é combinada, formas pré-capitalistas de produção entrelaçada com formas capitalistas avançadas.

4) Em decorrência disso, os países semicoloniais têm tarefas democráticas pendentes, questões relativas à democracia burguesa não resolvidas pela burguesia. Destacam-se a questão da terra e produção agrícola, e a independência nacional, comuns a todos os países atrasados. Mas, de acordo com suas particularidades, podemos citar: educação, unidade nacional, democracia política, desenvolvimento harmônico etc. Essas tarefas não resolvidas no capitalismo serão parte da revolução proletária

5) país semicolonial tem um lugar na divisão mundial da produção social, ocupando o posto de fornecedor de matérias-primas e importador de capital. Somente os países em que se acumulou uma massa de capital suficiente para realizar a fusão do capital bancário com o industrial, formando o capital

financeiro, foram capazes de se constituir em exportadores de capital.

6) O conceito semicolonial tem como consequência que a superação dessa condição só pode vir com a transformação socialista, mundial: no capitalismo, o país permanecerá oprimido, tendo maior ou menor grau de desenvolvimento das forças produtivas internas.

II – Desenvolvimento desigual e combinado – fontes: Marx (A Ideologia Alemã), Lênin (O Imperialismo, fase superior do capitalismo) e de Trotsky (História da Revolução Russa).

1) O capitalismo, por suas contradições fundamentais entre a produção social e a acumulação privada e pela concorrência, só pode se desenvolver de forma desigual;

2) Ao se desenvolver e ultrapassar as fronteiras nacionais, o capitalismo desenvolve a desigualdade desde um mesmo ramo da produção, passando pelas desigualdades regionais, entre os países e mundial. A necessidade de exportação de capitais e importação de matérias-primas pelo imperialismo impõe a desigualdade e o atraso nos países semicoloniais. A desigualdade é condição e premissa do funcionamento do capitalismo;

3) As formas de produção pré-capitalista não são abolidas no capitalismo. Nos países atrasados elas não apenas convivem, mas se combinam com as formas de produção mais avançadas do capitalismo. Dessa forma, a produção se fundamenta na combinação das formas atrasadas com as desenvolvidas. Não será possível superar o atraso, o que implica a superação do pré-capitalismo, sem a coletivização da produção social, ou seja, sem o socialismo.

Devido à necessidade de debater a questão da denúncia do Ministério Público contra os estudantes da USP, todos concordaram em adiar o debate sobre os dados que atestam essas teses na realidade nacional para o próximo encontro, que terá como tema “As classes sociais no Brasil”. No próximo curso de formação, estudaremos as características semicoloniais do Brasil.

Nesta edição:

- Viva a luta pela organização independente da classe operária venezuelana!
- Bolívia: Mal estar social cresce, mas não encontra o caminho da vitória
- Argentina: Uma maior desvalorização do peso recairá sobre as costas dos trabalhadores
- Rafael Correa assumirá seu segundo mandato
- O estalinismo e a experiência chilena

Artigos do Cerqui **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**



Morre o caudilho Hugo Chávez

Viva a luta pela organização independente da classe operária venezuelana! Sepultar a burguesia com a revolução proletária! Conquistar a independência nacional!

A morte do presidente Hugo Chávez foi recebida com dor pela maioria dos venezuelanos e com imensa alegria pela fração burguesa e pequeno-burguesa opositora. A população pobre mostrou seu reconhecimento ao caudilho saindo às ruas no cortejo fúnebre. A classe média rica anti-chavista não ousou qualquer gesto de desprezo. Deve ter comemorado em seus nobres recintos fechados. Os líderes da oposição permaneceram calados. Qualquer aceno público de ataque ao chefe da “revolução bolivariana” seria respondida com violência pela multidão. Os repórteres dos meios de comunicação que servem de porta-vozes da fração burguesa opositora e do imperialismo tiveram de tomar o cuidado de não se atritar com as massas chavistas. A imprensa internacional enfatizou que não era hora da oposição afrontar a memória do caudilho e elogiou a atitude contemplativa de Henrique Capriles. O lamento demagógico do chefe da oposição foi recebido pelas hostes do governo como um ato de boa vontade.

Nas ruas, o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) compareceu com a bandeira de continuidade do chavismo e de resguardo das “conquistas da revolução bolivariana”. O Partido Comunista da Venezuela (PCV) refere-se ao caudilho como “nosso camarada Presidente” e como “líder indiscutível do processo bolivariano na Venezuela, na América Latina e no mundo”. Declara que o PCV continuará a levantar “as bandeiras de luta da revolução socialista e a unidade popular revolucionária”.

Os governos latino-americanos próximos ou alinhados ao protagonista do “socialismo do século XXI” compareceram perante o corpo do presidente para dizer que sua ausência será sentida. O presidente da Bolívia – o mais alinhado ao chavismo – enfatizou sua coragem de enfrentar o império (Estados Unidos). Em Cuba, foi realizado um grande ato na Praça da Revolução. No Brasil, o governo Dilma foi a voz mais comedida. Mas o estalinismo e o castro-guevarismo se pronunciaram com fervor apreço ao líder da “revolução bolivariana”.

O Movimento Sem Terra (MST) sublinhou a origem humilde de Hugo Chávez, a sua trajetória militar nacionalista, o enfrentamento com o neoliberalismo, a defesa da autonomia econômica da Venezuela, as medidas de nacionalização, a resistência à mídia burguesa, a democratização e a participação popular. O Partido Comunista

Brasileiro considera a morte do “comandante Chávez” a perda de um “símbolo de mudanças e transformações na América Latina”. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) afirma que morreu “um revolucionário”, que “libertou a Venezuela da espoliação estrangeira”. O PSTU se solidariza com o povo e os trabalhadores da Venezuela pela sua dor, mas declara que é preciso caracterizar o governo de Chávez como nacionalista autoritário. PCO emitiu uma nota também se solidarizando com a tristeza e luto do povo venezuelano. Não diz nada sobre o governo de Chávez e refere-se à direita golpista que derrotada nas eleições “continua se movimentando por fora dos mecanismos parlamentares”.

Os republicanos norte-americanos, na voz do senador John McCain, saudaram a morte de Hugo Chávez como “fim de uma praga”. E o governo Obama ofereceu seus préstimos para iniciar “um novo capítulo na história da Venezuela.”

Como se vê, o impetuoso e carismático Hugo Chávez, que da tribuna da ONU chamou George W. Bush de diabo, galvanizou apoio de governos amigos e ataque de governos inimigos orquestrados pelos Estados Unidos. Dividiu as esquerdas: de um lado, as mais variadas tendências nacionalistas (reformistas socialdemocratas, estalinistas, maoístas, castro-guevaristas e até mesmo alguns pretensos “trotskistas”); de outro, as mais variadas tendências que se reivindicam do trotskismo (pseudotrotskistas, revisionistas centristas), sendo que os centristas se mostraram propensos a considerar Chávez como progressista.

O nacionalismo burguês latino-americano continua sendo importante fenômeno político por arrastar as massas oprimidas. O que projetou a política de Hugo Chávez foi precisamente o fato de ter arregimentado os pobres e os oprimidos, ter derrotado a oposição oligárquica pró-imperialista em inúmeras eleições, mantido as instituições burguesas parlamentares, modificado em termos as relações do Estado com a burguesia, tomado medidas de soberania nacional e impulsionado a recuperação do velho “terceiro-mundismo” dos não-alinhados.

Hugo Chávez se tornou uma referência mundial, embora chefiasse um país de economia atrasada. A sua importância se encontra nas ricas jazidas de petróleo. O imperialismo não tolera que um país semi-

colonial coloque limites ao controle das fontes de matéria-prima.

O coronel Hugo Rafael Chávez Frías liderou, em 1992, uma cisão nacionalista no Exército, que se manifestou em uma tentativa de golpe fracassado contra o desmoralizado governo social-democrata de Carlos Andrés Pérez. Em 1998, é eleito Presidente. Estava aberto um período de 14 anos de governo chavista. A direita pró-imperialista procurou, em 2002, retomar o poder por meio de um golpe. Fracassou com a pronta reação da fração chavista do exército, respaldada pela mobilização popular. A economia mundial ganhava impulso. O preço do petróleo recompensava os países exportadores. Sob tais circunstâncias, foi possível estabilizar um governo centrado no caudilho e projetar sua política para os países latino-americanos, inclusive para Cuba.

O apoio dos Estados Unidos ao golpe de 2002 radicalizou a retórica nacional-anti-imperialista do chavismo, mais precisamente anti-norte-americana. Mas em nenhum momento houve ruptura com a potência do norte. Os interesses das multinacionais foram em parte limitados, mas não eliminados. Os interesses do capital financeiro em nada foram alterados. O governo passou a favorecer os interesses de setores da burguesia venezuelana e a contrariar os dos setores mais atados ao capital internacional. As massas atenderam ao chamado do caudilho, que passou a distribuir recursos para projetos populares, antes voltados exclusivamente para empanturrar a oligarquia e para alimentar o luxo da alta classe média. Porém, o governo não toleraria a luta de classes. O proletariado continuou a suportar a exploração. As greves compareceram como uma provocação ao regime, que necessitava da “unidade popular” sob seu comando.

A gigantesca comoção provocada pela morte de Chávez indica a fidelidade dos explorados ao governo, que em todas as eleições contou com o voto da maioria. Mais uma vez se reedita, com devidas particularidades, o caudilhismo (peronismo, varguismo, etc.) como um fenômeno de massa no âmbito da democracia burguesa. Os explorados são arrastados por trás de uma variante da política burguesa, no caso, o nacionalismo burguês. Os oprimidos não protagonizam a luta política, mas servem à disputa interburguesa. Não expressam seus problemas, seus ódios e suas reivindicações por meio da luta de classes, mas os alienam submetendo-se à direção do caudilho.

A retórica antiimperialista do chavismo serviu para afirmar as medidas de intervenção do Estado na economia e para ocultar a preservação dos interesses do capital internacional. Cerca de 40% da extração do petróleo continua sob o controle das multinacionais. As nacionalizações foram muito bem pagas e se configuraram na forma de sociedade com grupos estrangeiros. A retórica do “Socialismo do Século XXI, por seu turno, não passa de uma cobertura para o velho capitalismo de Estado, tão almejado pelos nacionalistas dos países semicoloniais.

O marxismo, por ser a ciência do proletariado, a serviço das transformações históricas, começa por determinar o conteúdo de classe do governo. Hugo Chávez formou um governo burguês por sua política de preservação do capitalismo. A tese de que, com o esmagamento eleitoral da oposição, com as nacionalizações e com a distribuição de renda, se abre caminho para a transformação da Venezuela em um país socialista é um embuste. Mas a procedência política do caudilho não é burguesa, mas pequeno-burguesa. A fragilidade da burguesia nacional venezuelana e a particular situação de crise política dos anos 90 engendraram uma corrente nacionalista pequeno-burguesa, que teve abrigo no Exército. Sem o partido revolucionário, o proletariado não teve como assumir a posição de classe revolucionária e dirigir a maioria oprimida contra a burguesia e tomar o poder. O que levaria à expropriação revolucionária da classe capitalista e à resolução das tarefas democráticas do país semi-

colonial. Os explorados foram canalizados pela emergência do Movimento V República (MVR), em sua essência militar pequeno-burguês.

Os explorados arcaram com a sanguinária repressão do governo Pérez, o Caracazo de 1989, sem contudo se organizarem como força social independente perante os exploradores. Em seguida, se enfileiraram por trás de um caudilho pequeno-burguês do MVR, cujo objetivo era o de estabilizar o regime político abalado pelo Caracazo.

Não é necessário refutar a propaganda dos partidários do chavismo, entre eles o estalinismo, de que o caudilho, junto com o governo Lula, foi responsável pelo bloqueio à implantação da Alca, pela unidade anti-imperialista de países latino-americanos, etc. A impostura é evidente. Não tem a menor possibilidade de se conquistar a soberania mantendo intactas as multinacionais e garantindo o saque promovido pelo capital financeiro. O fundamental do chavismo está em que subordinou os explorados ao Estado burguês e bloqueou o desenvolvimento da luta do proletariado contra a burguesia. A sua política econômica continuou dependente do capitalismo mundial e das decisões do imperialismo. O maior controle dos recursos petrolíferos não resultou em desenvolvimento das forças produtivas internas; e a melhoria nas condições de vida dos mais pobres não passa de um remendo ao mar de pobreza e miséria.

As indenizações aos capitalistas, o pagamento de juros aos credores internacionais, a canalização de recursos para o empresariado parasitário e os desperdícios aumentaram o rombo das contas públicas. Inflação, alta do custo de vida, escassez de produtos e contenção salarial saltam como problemas que o novo governo terá de enfrentar. Nenhum governo burguês poderá vencer a sabotagem econômico-comercial da fração burguesa opositora vinculada ao imperialismo. Ou esta é esmagada pela revolução social, ou porá abaixo o governo nacionalista, seja por eleições, seja por um golpe militar.

Tudo indica que ficará mais difícil o crescimento econômico da Venezuela no próximo período. O que pode trazer de volta as demissões e o desemprego em massa. E com os novos desequilíbrios, a agudização da luta de classes. São os males do capitalismo, dos quais nenhum país pode se livrar.

Nicolás Maduro, certamente o novo governo, terá de se voltar contra os explorados, no caso de agravamento da crise econômica. A retórica nacionalista, reformista e popular não se sustentará no próximo período. Caberá ao próprio chavismo – aos seus herdeiros – desmontar sua política burguesa contraditória e desajustada para as novas condições. O imperialismo se dispõe a ajudar Maduro. Há, porém, o receio de que sem o caudilho a crise empurre a Venezuela para desintegração econômico-social e potencie a luta de classes contida. A oposição pró-imperialista terá enorme trabalho em cumprir essa tarefa nos quadros da democracia e tendo a esquerda chavista contra. Eis por que a estratégia do imperialismo é a de superar o confronto entre o chavismo e a oposição, colocando-os em situação de colaboração.

Não se pode precisar o caminho que tomará a burguesia para superar suas rachaduras. As Forças Armadas passarão a ter uma posição mais de frente. É sua função tutelar a frágil burguesia nacional e esmagar os levantes populares, como fez no Caracazo.

A questão de saber se o chavismo sobreviverá sem o caudilho não é relevante para a classe operária, que não pode fiar seu futuro em qualquer das variantes esquerdistas do nacional-reformismo. O fundamental do balanço político é que o chavismo subordinou a maioria oprimida à perspectiva reformista de um governo burguês nacionalista. Essa possibilidade está esgotada. O chavismo não tem como avançar mais do que avançou em sua política econômica e social. Sem o caudilho, tende ao declínio. Irá se chocar com os explorados, assim

que se ver empurrado pela crise estrutural do capitalismo a fazer uma virada em suas medidas econômicas e em seus métodos de governar voltados à dependência dos oprimidos.

O proletariado está desarmado para responder com uma política própria a próxima etapa da crise venezuelana. Esse é o problema da situação, que se abre com o fim do caudilho e com a inevitável decadência do chavismo. A tarefa consiste em elevar a consciência da vanguarda para constituir o Partido Operário Revolucionário, marxista-leninista-trotskista.

É preciso combater as posições do imperialismo, que aguardava a morte de Hugo Chávez para explorar as contradições do chavismo, rechaçar a impostura dos estalinistas e castro-guevaristas e rir da hipocrisia dos tais trotskistas que se colocam em luto junto com as massas ou que justificam que sua crítica ao regime de Chávez não é nenhum ato de desrespeito à dor dos venezuelanos. Seja em presença

Bolívia

Mal estar social cresce, mas não encontra o caminho da vitória

O desenvolvimento do ascenso de massas não é um processo em que o crescimento da mobilização é permanente e sustentado, algumas vezes ocorrem períodos de estacamento e outros de retrocesso ou refluxos. Durante o segundo semestre de 2012 e até janeiro do presente ano, percebe-se que os explorados reduziram a intensidade de suas mobilizações, salvo em alguns conflitos isolados, como o dos mineiros de Colquiri, que não se generalizou para o restante da mineração e a pequena resistência dos habitantes de Tipnis, parece que os demais setores abaixaram a guarda, apesar de que as condições de vida pioraram ostensivamente. Caracterizamos este período de afrouxamento nas mobilizações como um período em que os explorados acumulam forças para dar um novo salto.

Também existe a impressão de que, aproveitando o estado de ânimo das massas, o governo refluíu midiaticamente, lançando-se em campanha eleitoral; parece que ganhou terreno diante da oposição de direita no objetivo de consolidar a possibilidade de reeleição de Evo Morales no próximo ano e esmerado na propaganda demagógica sobre a situação econômica de franco crescimento, apesar da crise internacional.

Em fevereiro, passado o carnaval, reiniciaram grandes mobilizações, que marcam um novo rumo no ascenso de massas. O descontentamento acumulado durante o período anterior de relativo refluxo, agora, explode poderosamente por qualquer motivo. Foi impressionante a mobilização de Oruro por manter o nome original de seu aeroporto, rechaçando energicamente que o mesmo leve o nome do presidente, apesar de que este destinou muito dinheiro para sua modernização, convertendo-o em “aeroporto internacional”.

De longe se percebe que este problema do aeroporto é apenas um motivo que permite canalizar o descontentamento social, uma vez que imediatamente os setores sociais incorporam seus próprios problemas como objetivos de luta – os professores, por exemplo, começam a incorporar suas reivindicações à luta regional. É surpreendente que um dirigente cívico declare à imprensa que “a luta começa agora para resolver todos os problemas de Oruro”. A radicalização desse movimento com a declaração de greve de fome para empurrar o processo a situações imprevisíveis com altíssimo custo político para o governo, que está desesperado em se lançar em uma

do vivo, ou em presença do morto, a situação é a mesma: as massas estão enganadas com o chavismo e expressam sua inconformidade coletiva como inconscientes do seu lugar na história da Venezuela.

O POR não se junta ao luto e à dor dos explorados pela morte do caudilho. O POR diz que não se deve chorar a perda do caudilho pequeno-burguês, diz que há que se emancipar de sua herança e conquistar a independência político-programática para criar as condições da única via que leva à emancipação da Venezuela perante o imperialismo, às transformações agrárias necessária aos camponeses, à libertação da maioria explorada do jugo capitalista e ao desenvolvimento das forças produtivas: a revolução e ditadura proletárias.

- **Viva a luta pela independência político-organizativa do proletariado!**
- **Construamos o partido revolucionário na Venezuela como parte da reconstrução da IV Internacional!**

frenética campanha eleitoral.

Em Cochabamba, de surpresa e organizadamente, os motoristas da ARAMCO (Rádio Táxis) saíram as ruas e os pequenos comerciantes paralisaram os mercados locais. Os primeiros para rechaçar o reordenamento do tráfego de veículos (determinação da prefeitura para restringir a circulação de veículos no centro da cidade). E os segundos, os comerciantes, protestam porque este reordenamento e proibição dos estacionamento nas ruas diminuem suas vendas. Não se trata de uma mobilização artificialmente montada por um cérebro maligno da “direita reacionária”, como pretendem mostrar os governistas. Na realidade, trata-se da agudização da miséria que atinge amplas camadas da população, que se veem obrigadas a protestar de maneira radical paralisando as ruas apedrejando o local público. Esta mobilização terminou em uma brutal repressão policial que, em vez de amedrontar os mobilizados, provocou maior fúria.

A COB, por seu turno, empurrada pela pressão de suas bases, se viu obrigada a radicalizar diante do governo, rechaçando a suposta resposta de que este tenha atendido sua pauta de reivindicações, sem dizer nada do aumento dos soldos e dos salários e da possibilidade de mudança da lei de pensões. Os operários fabris anunciaram uma reunião nacional para aprovar ações concretas; os professores urbanos de todo o país começam a se mobilizar atacando as consequências da aplicação do novo currículo, da obrigatoriedade dos cursos do PROFOCOM, rechaçando o miserável aumento dos salários, exigindo uma nova lei de pensões que garanta pelo menos rendas equivalente a 100% do salário dos trabalhadores ativos, etc. No entanto, a retomada da radicalização do ascenso de massas padece de uma debilidade interna, não se vislumbra no caminho a direção capaz de levar os explorados à vitória e, portanto, de uma perspectiva política que garanta a luta independente dos explorados. Se não se superar esta debilidade, as futuras mobilizações podem acabar sendo neutralizadas e congeladas como ocorreu no passado recente. No entanto, os explorados – na ação e segundo o grau de sua mobilização -, com a participação direta do Partido Operário Revolucionário, podem encontrar o rumo adequado para acabar com esse estado de coisas, superando o governo demagógico do MAS.

Argentina

Uma maior desvalorização do peso recairá sobre as costas dos trabalhadores

Uma desvalorização da moeda local afeta a vida cotidiana da população, ainda que nunca tenha visto um dólar. Quando se fala de desvalorização, os meios patronais se referem a uma porcentagem elevada, muito acima da inflação atual.

Existe um processo de desvalorização permanente do peso, cuja porcentagem cresce a cada ano. Em 2012, foi da ordem de 13%, quando se projetava a metade. Para 2013, se afirma publicamente que a desvalorização poderá ser de cerca de 20% (dólar oficial a \$6 no final do ano).

Essas porcentagens de desvalorização são inferiores, nos últimos anos, à inflação real, portanto de todos os preços da economia medidos em dólar se elevam. Os produtos exportados tendem a igualar seu preço no mercado interno. Se pela quantidade de trigo o exportador vai receber mais pesos devido a uma maior desvalorização do peso, quando vender essa mesma quantidade no mercado interno procurará receber a mesma quantidade de dinheiro. Uma desvalorização de 50% impactará nos preços da farinha, das massas, do pão, seguramente nesta proporção.

O mesmo acontece com os combustíveis, que tendem a se equiparar com os preços internacionais. Uma desvalorização será transferida para o preço do transporte, dos fretes de carga, e isto, por sua vez, impactará sobre os preços das demais mercadorias. Por sua vez, a importação de combustível para cobrir o déficit de energia obriga a se utilizar mais pesos do orçamento pelos dólares que se importa. Numerosos produtos de produção local contêm componentes importados, alguns em proporção elevada, uma maior desvalorização encarece esses produtos importados, porque o empresário paga mais peso por cada dólar importado e os passa diretamente aos preços.

Temporariamente, os setores que exportam se veem beneficiados porque os salários que pagam, certas tarifas e alguns insumos locais ficam mais baratos, medidos em dólares. Assim que a inflação equiparar à porcentagem desvalorizada e os trabalhadores conseguirem que seus salários recuperem o que perdeu com a inflação, essa vantagem desaparece.

Também, temporariamente, uma desvalorização encarece em pesos as mercadorias importadas e aquelas produzidas localmente podem ser substituídas. O setor empresarial que exporta manufaturas de origem industrial reclama que seus produtos já não são competitivos em preços, especialmente devido ao encarecimento do custo

salarial, assim uma forte desvalorização baratearia os salários medidos em dólar. Os setores exportadores de grãos retêm suas colheitas pressionando o governo por uma maior desvalorização, para receber mais pesos aumentando seus ganhos.

Com a desvalorização, são múltiplas as consequências para as massas, como também o é uma sobrevalorização artificial do peso. A política cambial e monetária são recursos que têm os governos capitalistas para promover ou prejudicar alguns aspectos da política econômica, para potenciar determinados setores da economia, e todos têm consequências para a população.

Independentemente da vontade do governo nacional, os países desvalorizam ou sobrevalorizam suas moedas afetando as relações comerciais entre os países. A economia argentina é extremamente dependente da política cambial do Brasil, com quem mantém um importante comércio de manufaturas.

Para os trabalhadores, o que importa é que não se desvalorize seu salário, isto é, que receba uma quantidade de pesos que como mínimo possam comprar a mesma quantidade de produtos que compõem a cesta básica familiar. A experiência indica que cada vez que tem havido desvalorizações importantes, estas são repassadas aos preços, deteriorando a capacidade aquisitiva dos salários. Não nos posicionamos a favor ou contra uma medida desse tipo em si mesma. Mas alertamos os trabalhadores sobre as consequências que podem ter e como responder a partir de seus interesses de classe.

O que é absolutamente claro é que os setores patronais querem impor, pela via que for, um drástico rebaixamento real dos salários.

A classe operária coloca, também, o monopólio estatal do comércio exterior, tarefa enunciada pela burguesia durante várias décadas, e abandonada. É uma medida elementar destinada a impedir que um punhado de multinacionais manejem a seu modo o comércio internacional, decidam o que exportar, onde, a que preços e quando, incidindo não só sobre os movimentos de moedas como também sobre os preços das mercadorias que se exportam no mercado local. Esta política permite, assim, assegurar que só exportem os excedentes, assegurando primeiro o abastecimento do mercado interno. Esta medida de soberania nacional diante do controle do comércio exterior que impõe o imperialismo será garantida pelo governo da classe operária.

(Extraído do Jornal Massas, nº 271, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Equador: eleições para presidente e legislativo

Rafael Correa assumirá seu segundo mandato

Rafael Correa será presidente por mais quatro anos. Com 56,70% dos votos, derrotou o ex-banqueiro e confesso direitista, Guillermo Lasso, que obteve 24% dos votos. Seus outros oponentes ficaram muito abaixo: o ex presidente Lucio Gutiérrez (expulso do governo por uma revolta popular) obteve 6%; Maurício Rodas, 4,2%; o empresário Álvaro Noboa, 3,67%; o ex ministro Alberto Acosta (que rompeu com Correa ao acusá-lo de trair sua base aliada, os indígenas e os sindicatos), 2,62%; Norman Wray, 1,36%, e o pastor evangélico, Nelson Zavala, 1,2%.

Correa terá maioria no Parlamento para impor todos seus projetos. Entre eles, uma lei de Comunicação e Mídia (que controlará os

conteúdos), um novo Código Penal e um projeto de Reforma Agrária (para repartir terras entre camponeses, indenizando com pagamento os latifundiários).

A oposição não poderá cumprir nenhum papel político de relevância. Ou se une ao redor de uma figura e uma organização eleitoral única, ou será obrigada a vegetar nas margens da política nacional. Mas unir ao redor de sua figura mais forte é subordinar-se à reação interna, sem possibilidades de derrotar hoje Correa. Isso enquanto os investimentos petrolíferos continuarem altos e aceitarem a máquina assistencialista e os planos de obras públicas. Medidas que elevaram

as condições de vida das massas e contrastam com décadas de pauperização e miséria, associadas à partidocracia burguesa tradicional.

Desde que chegou ao poder, Correa reproduziu as condições de seu domínio eleitoral. A centralização do poder do Estado exigiu um férreo controle sobre os meios de comunicação privados, montar seu próprio aparato de propaganda, criando um multimeio estatal. Posteriormente, rompeu com suas bases eleitorais aliadas e formou uma equipe de ministros atada a seus interesses e aos do próprio Correa.

A concentração das decisões econômicas e sociais lhe permitiu, finalmente, forjar uma dependência direta das massas a seu governo e verticalizar seu domínio eleitoral sobre elas.

O petróleo e a mineração são as peças-chaves dessa engenharia política. Utiliza gigantescas divisas que entram no Estado com as exportações de petróleo (ainda que de cada cinco barris de petróleo, quatro ficam com as empresas) e minerais para ampliar os subsídios sociais (combustíveis, transporte, etc.) e o plano de obras públicas. Os Bônus de Desenvolvimento Humano (subsídios à pobreza) subiram de 35 para 50 dólares (2 milhões de pessoas recebem). Os de moradia, de 5000 a 6000 dólares (com 15 mil se pode comprar uma casa). O salário básico, de 292 a 318 dólares. E se constituíram, por exemplo, mais de 7000 quilômetros de rodovias, estão em processo oito centrais hidrelétricas e a primeira linha de metrô em Quito (capital do país). Sem contar que triplicou os recursos da saúde e educação.

A divisão e a fragmentação da oposição burguesa e as profundas ilusões democráticas das massas em sua figura, o elevam em árbitro

Itália: A crise do regime capitalista e o parlamentarismo burguês colocam a alternativa “socialismo ou barbárie” na ordem do dia

A crise econômica arrastou a Itália para a quebra e pôs as massas frente ao governo títere de Mario Monti e seus amos da troika europeia (Banco Central Europeu, Parlamento Europeu e FMI).

Mas não se deteve por aí. A servidão política frente à troika, os pactos políticos feitos pelas costas do povo, a desconfiança das massas nos partidos comprometidos com os ajustes, assim como as mobilizações e greves radicalizadas e massivas contra as medidas ditadas pela União Europeia (UE), colocaram à beira da bancarrota histórica a já putrefata institucionalidade parlamentar surgida no pós-guerra.

As eleições colocaram em xeque a alternância política burguesa entre direita e socialdemocratas que haviam dominado desde a década de 1950. Nenhum destes conseguiu maioria para formar governo próprio, ainda que possam bloquear ou vetar qualquer governo opositor. Monti, antigo premier, sequer superou os 10% dos votos refletindo deste modo o profundo rechaço popular às políticas de ajuste e ataque às massas que implementou como gerente político da troika imperialista europeia.

No entanto, sobre os escombros da partidocracia se ergueu Beppe Grillo e o “*Movimento Cinco Estrelas*” (M5E), a força eleitoral mais votada. Movimento que nasceu de uma rede amorfa e frouxa de milhares de “indignados” contra a “velha casta política”. E que explorou demagogicamente a desconfiança das massas na partidocracia burguesa e conquistou mais de 25% de votos (uns 8 milhões). Um movimento que critica a grande burguesia mas também os partidos proletários e que complementa, a seu modo, a desconfiança de um amplo setor em relação às instituições e que não foi votar (40%).

Grillo festejou: “*Este é o ensaio geral, os partidos estão mortos*”. Na realidade, a fragmentação e a dispersão eleitoral obrigariam a realizar um governo de coalizão e a pactuar cada passo político e econômico.

da situação política. Mas seu carisma e ascendência dependem, em última instância, de como se desenvolverão no futuro a relação comercial com o mercado mundial, controlado pelo imperialismo. Além disso, ao ser o dólar sua moeda nacional, o governo está duplamente atado a seus vaivéns por não dispor soberanamente sobre seu valor e emissão.

Resumindo. A chamada “Revolução Cidadã” é o resultado de uma eleição burguesa e não de uma revolução social. Não se desenvolve da destruição da democracia e do Estado burguês, mas do aprofundamento e extensão de seus mecanismos plebiscitários e parlamentares. Impostos por cima do Estado por um setor da pequena burguesia que expressou eleitoralmente as ilusões das massas. Isto é, a expressão radicalizada do democratismo pequeno-burguês erigido no governo frente à bancarrota da partidocracia burguesa e a crise de governabilidade burguesa, que sacudiu o país desde 1997 até 2005. A ausência de uma direção revolucionária, atuando no seio das massas e assinalando a estratégia da revolução e ditadura proletárias, o permitiu surgir como figura capaz de expressar eleitoralmente os diferentes interesses sociais presentes na crise política do país.

As massas não contam com um partido marxista-leninista-trotskista capaz de fazê-las compreender o caráter político impotente e claudicante do nacionalismo burguês. E que as dote de um programa para defender suas conquistas quando a crise se aprofundar. Nesse sentido, joga um papel fundamental reverter a destruição da direção revolucionária mundial e reconstruir a IV Internacional.

E Grillo e o M5E querem negociar e ampliar sua influência nesses pactos e acordos.

Em 2011, experimentou-se uma saída bonapartista mediante um governo de tecnocratas, que surgia do “consenso” de todos os partidos mas que nos fatos era um governo imposto de fora do país pelo imperialismo. Monti, com seu pacote de ajustes, generalizou a resistência operária e popular. Dezenas de milhares de operários, assalariados, estudantes, funcionários públicos, desempregados, etc., realizaram massivas greves para defender suas conquistas, inclusive contra a resistência de suas direções. Rapidamente, perdeu todo apoio político e, desgastado e isolado, teve de renunciar. Sua política de cortes orçamentários e suas leis antioperárias, votadas com o apoio de todos os partidos burgueses, irritou as massas e socavou sua confiança no já fragilizado e agonizante parlamentarismo.

Inaugurou-se assim um período de impasses conjunturais e crises políticas gerais. O parlamento surgido das eleições está impedido de implementar qualquer medida de relevância porque está estilhaçado e muito questionado pelas massas para poder tomar a dianteira em um ataque mais profundo contra suas condições de vida. Correria o sério risco de ser varrido por uma onda de fúria popular. Uma nova saída eleitoral seria a via mais favorável no curto prazo para por no poder um governo relativamente forte e com apoio suficiente para aplicar as medidas postergadas.

De fato, a Itália atravessa uma situação pré-revolucionária. A burguesia e seus partidos orgânicos não conseguem governar nem podem dar respostas às reivindicações das massas, que serão ainda mais atacadas. Uma imensa parcela da pequena-burguesia rompeu, talvez definitivamente, seus laços com suas representações políticas tradicionais, arrastando uma parcela do proletariado. E os operários

pressionam fortemente suas direções e as obrigam a convocar greves gerais massivas.

Frente a este quadro, para a grande burguesia, a queda em desgraça de seus partidos orgânicos é um severo tropeço. Mas Grillo e o M5E lhe são úteis enquanto preservam as ilusões democráticas e distanciam as massas da ação direta e da ruptura com a democracia burguesa pela via revolucionária. O M5E não é a manifestação progressiva de uma tendência à ruptura das massas com a democracia burguesa. Ainda que renegue o parlamentarismo, se apoia nele para realizar a mobilização demagógica e eleitoreira de suas bases, constituídas pela fragmentação da direita e da esquerda. Em seu seio combina o desespero pequeno-burguês com a ausência de um programa proletário para a crise. Assim, as parcelas da pequena-burguesia e do proletariado que o apoiam são um fator determinante no curso da crise, mas também um risco: o apo-

liticismo combinado com o desespero podem se transformar na base social de uma saída fascista à crise do país.

A bancarrota do parlamentarismo italiano espelha a crise terminal da burguesia como classe e o esgotamento histórico das relações sociais de produção burguesas. A saída da crise capitalista, para as massas, não está em reforçar os instrumentos da ditadura burguesa, mas sim em destruí-los. Uma saída burguesa à crise constituiria uma transição da situação pré-revolucionária a uma contrarrevolucionária. Itália está frente a uma disjuntiva da qual depende seu futuro e o da Europa: socialismo ou barbárie capitalista. O que significa por na ordem do dia não a construção de novos instrumentos políticos ou frentes eleitorais, mas sim um poderoso partido marxista-leninista-trotskista que unifique as lutas contra os ajustes e as projete em direção à revolução e ditadura proletárias.

O estalinismo e a experiência chilena

Guillermo Lora

Surpreende a posição estalinista?

Acabamos de ler que a direção do Partido Comunista italiano – o maior depois do soviético – tirou suas próprias conclusões da trágica experiência chilena. A Unidade Popular (UP) caiu – segundo esses “comunistas” – por ser muito extremista e por não ter sabido aplicar devidamente a política dos aliados, o que significaria esquecer as lições de Lênin. Uma parte da responsabilidade da derrota corresponderia à ultraesquerda, não somente à representada pelo MIR, mas também pela esquerda do MAPU – cujo fracionamento foi obra do PC – e às numerosas frações radicais do centrista Partido Socialista, por seu conhecido aventureirismo e por ter pressionado o governo Allende para que adotasse medidas precipitadas e inconvenientes, que o empurraram para o sectarismo. Partindo dessas falsas premissas chega à conclusão peregrina de que o êxito da política da UP – construir o socialismo dentro do ordenamento jurídico e do Estado burgueses – dependia do entendimento político com a Democracia Cristã, não de um pacto circunstancial mas de um compromisso de grande alcance.

Essa conclusão, totalmente estranha ao marxismo, não é de nenhuma maneira surpreendente tratando-se de um partido estalinista, cuja missão consiste em evitar, por todos os meios, a revolução dirigida pelo proletariado. Na realidade, o Partido Comunista Chileno orientou sua atividade de acordo com a política preconizada pelos “comunistas” europeus, outra coisa é que as condições políticas de seu país não tivessem permitido materializar sua aliança com a Democracia Cristã, Ramiro Tomic, cérebro da ala esquerdista do PDC, acaba de expor a mesma teoria.

O que sucedeu no Chile é uma amarga e dura experiência e os partidos políticos tiram lições diversas de acordo com a sua própria natureza, determinada pelos interesses de classes sociais distintas e até opostas. O PC da Itália, adotando um ar inconfundivelmente professoral, não se cansa de pontificar sobre a necessidade de selar um acordo político duradouro com a Democracia Cristã, o que permitiria constituir uma frente inclusive mais ampla que a popular, a fim de evitar o surgimento de um governo totalitário e brutal como o que agora impera no país vizinho. Esta tese significa nada mais nada menos que a anulação da luta de classes a fim de colocar a salvo a “demo-

cracia”; não deve ocultar-se o fato de que esta “democracia” se assenta na exploração das massas trabalhadoras, que são a maioria nacional em todos os países de estrutura capitalista, por uma insignificante minoria que monopoliza em suas mãos os meios de produção. Perguntamos: por acaso o PC não tem a missão fundamental de libertar o proletariado e lutar para que esta classe, representada por seu partido político, instaure sua ditadura? O entendimento do PC com a Democracia Cristã em qualquer lugar do mundo só pode concretizar-se partindo da manutenção dos privilégios capitalistas, consagrando a intangibilidade da propriedade privada e perpetuando a exploração e escravidão do assalariado.

Os que vivem na Argentina estão informados de que o envelhecido Perón, desmentindo seu radicalismo burguês de um quarto de século, levantou a necessidade de forjar a unidade nacional (entendimento com os partidos que não são mais do que correia de transmissão dos interesses imperialistas, como o Partido Radical) para que o justicialismo não tenha a mesma sorte que a tida por Allende.

O PC, a Democracia Cristã Chilena

A Unidade Popular se organizou sob a base de uma plataforma eleitoral, confeccionada para impressionar e atrair uma vasta classe média chilena, que por suas condições materiais de vida, sua cultura e sua educação política cumpre a função de amortecedora da luta de classes. Essa plataforma significou o abandono dos programas dos partidos acordantes em prol do colaboracionismo classista. No entanto, à UP faltava a presença da Democracia Cristã para chegar a ser uma perfeita frente popular e poder repetir a lamentável experiência do regime de Aguirre Cerda. De maneira natural, o PC se colocou à direita do acordo e, desde o primeiro momento, propôs a necessidade do entendimento e cooperação política com a burguesia, tanto por meio de suas expressões políticas como militares, o que permitiria neutralizar o imperialismo norte-americano, coisa muito diferente da luta pela libertação nacional. A Democracia Cristã, clara expressão da burguesia e que apresenta diferenças de matiz com os grupos fascistas e também com a reação, não foi estranha às solicitações “comunistas”. Não foram razões de princípio que impediram a conclusão do pretendido

entendimento UP-PDC, mas fatores políticos puramente conjunturais. Não se deve esquecer que Allende iniciou fazendo descomunais concessões à burguesia – referentes à Constituição, ao parlamento, a intangibilidade do exército, da escola, etc. – e depois em suas numerosas oscilações buscou desesperadamente, a todo momento impulsionado pelo PC, agarrar-se na tábua social-cristã. Este último, atuando em um cenário político dominado pelo rápido deslocamento da classe média para a direita e por frequentes fraturas da frente operária como resultado da ação dos opositores burgueses, foi acrescentando mais e mais suas exigências, até torná-las deliberadamente inaceitáveis: atuava assim porque tinha certeza de acabaria deslocando eleitoralmente a UP do poder. Esta solução direitista do problema político era a que melhor se acomodava aos interesses direitistas crioulos (burguesia nacional) e imperialistas – o senador Kennedy continuou sustentando esse critério –, mas as modificações na situação chilena concluíram convertendo-a em não viáveis. Essas modificações se perfileram desde as últimas eleições que deram a UP 40% dos votos, o que vinha contrariar as esperanças opositoras de conseguir os dois terços do Poder Legislativo e que havia permitido destituir “constitucionalmente” o Presidente – as câmaras somente puderam eliminar sucessiva e gradualmente os ministros de Estado –; desde o momento em que as massas exploradas tenderam a superar politicamente suas velhas direções, o que lhes permitiria atuar revolucionariamente contra o capitalismo – ocupação de fábricas, solução dos problemas pela ação direta, constituição de milícias operárias, formação dos cordões industriais –; impacto da ação e propaganda ultraquerdista nas forças armadas, etc. A via social cristã foi se fechando para dar lugar a resposta puramente golpista. O ingrediente maior nesse terreno foi dado pelo próprio Allende, que, em seu desespero e em sua incapacidade para apoiar-se em uma profunda mobilização das massas, foi convertendo o exército e os generais nos árbitros da política chilena. O PC empurrou o Presidente para os braços dos chefes uniformizados. Nessa nova situação política, já não podia funcionar o entendimento UP-PDC e, mesmo no hipotético caso de se concretizar, teria sido sepultado pelo golpe fascista.

Somente a ditadura do proletariado poderia acabar com o golpismo

Não é nenhuma descoberta dizer que o golpe militar constituiu um rude ataque ao processo revolucionário chileno e latino-americano e que prejudicou seriamente as massas exploradas. Tampouco tem maior significado o descomunal lamento que se levanta em escala internacional pelo ocorrido. No plano político, é preciso dizer por que caiu a UP, queda que estava escrita desde o momento em que chegou ao poder eleitoralmente, como consequência de um processo de ascenso das massas e que a reação pretendeu, com relativo êxito, estrangulá-lo do alto da cúpula governamental. A chamada via chilena – transformação pacífica da atual sociedade em socialista, sempre colocando a salvo a propriedade privada e as leis burguesas – estava condenada ao fracasso, à tragédia para a maioria nacional. Se o fracasso ocorresse devido ao golpe militar, em vez do processo eleitoral, é algo de segunda ordem, determinado pelas particulares circunstâncias políticas.

A UP e PC dentro dela – o partido mais poderoso e melhor organizado em um conglomerado por demais amorfo –, não tomaram a suficiente decisão de destruir o funcionamento econômico da contrarrevolução, da burguesia chilena, apenas tocaram em alguns interesses imperialistas. O reformismo se chocou seriamente com todo o aparato intacto da reação e não pôde derrubá-lo. O natural e a inevitável deterioração econômica e a tentativa de jogar suas consequências sobre os poderosos, juntamente com a virada à direita da classe média, assinalaram os limites a partir dos quais era inevitável a derrubada de Allende.

A derrota do governo da UP foi, fundamentalmente, consequência da mesma política governamental. Desde o momento em que Allende utilizou todos seus recursos para conter a mobilização das massas, para fechá-las dentro de um reformismo e colaboracionismo de classes e evitar, assim, a estruturação da ditadura do proletariado, estava trabalhando com afã pela sua própria ruína.

Somente a classe operária no poder, que havia iniciado nacionalizando os meios de produção e rompendo as ataduras de dependência diante do imperialismo, teria conseguido destruir o poderio econômico da reação. O problema não era o de ser complacente e de submeter-se à Democracia Cristã, mas acabar com a classe cujos interesses representa este partido político. A burguesia e ao imperialismo têm de ser esmagados, porque se permanecem em pé podem continuar conspirando, acabarão com os governos que dizem servir aos explorados, e que de alguma forma limitam seus privilégios ou pretendem pôr em ordem o caos da economia de cunho capitalista. Para o cumprimento desta tarefa, a UP frente populista está ultrapassada, e faz falta a construção de um poderoso partido revolucionário do proletariado, que não é certamente o PC do Chile e de outras latitudes.

A atitude do PC boliviano

O Partido Comunista boliviano, que no passado recente conheceu uma profunda oscilação para a esquerda – isto na época da Assembleia Popular – vinha-se deslocando progressivamente para posições direitistas tradicionais do estalinismo em geral, atuando assim sob a poderosa pressão do Partido Comunista chileno, particularmente.

O estalinismo altioplano chegou à conclusão de que defender a política independente e revolucionária do proletariado e propor um governo operário e camponês – em lugar da consiga democrática de “governo popular anti-imperialista” – conduz ao aventureirismo ultrista de esquerda e prepara, desde agora, uma tragédia semelhante à chilena. Publicamente, expressou seu desejo de apontar algum conspirador militar e deu passos firmes no campo da constituição de uma frente política com os nacionalistas do Movimento Revolucionário de Esquerda e do PRIN. Esta política antioperária e antimarxista, que foi dirigida a destruir a FRA, constituída como frente conduzida pela classe operária, se complementaria com a Democracia Cristã, oposição legal e tolerada pela reação boliviana.

Outubro de 1973

Extraído das Obras Completas, Guillermo Lora, tomo 29, 1973, Ediciones Masas)